



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA**

ERMITA DE SOUZA SANTOS RODRIGUES

Brasília – DF

2013

Ermita de Souza Santos Rodrigues

**A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA**

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Pedagogia**, à Comissão Examinadora da **Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**, sob a orientação da Professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho.

Orientadora: Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho.

Brasília – DF

2013

RODRIGUES, Ermita de Souza Santos.

A metodologia de educação a distância do Tribunal de Contas da União: experiência pedagógica. / Ermita de Souza Santos Rodrigues: Brasília: UnB. 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho.

TERMO DE APROVAÇÃO

ERMITA DE SOUZA SANTOS RODRIGUES

A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob a avaliação da Comissão
Examinadora constituída por:

Profa. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professor Lúcio Teles (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Data da aprovação: ____/____/____

A meu querido esposo Wellik Rodrigues

A meus pais e irmãos,

O meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas oportunidades de crescimento e pela força de ultrapassar os obstáculos até aqui.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, à minha amada família. Aos meus pais (Maria José e Péricles), ao meu esposo (Wellik) e meus queridos irmãos (Vanessa, Júnior e Gislene), que constituem o verdadeiro motivo da minha felicidade, agradeço pelo apoio, força, incentivo e amor. Sem vocês nenhuma conquista faria sentido.

Agradeço especialmente ao meu esposo Wellik que esteve ao meu lado em todos os momentos e me ajudou a encontrar forças para seguir em frente.

A professora Sônia Marise Salles Carvalho, por ter me acompanhado nesta trajetória acadêmica e ter me proporcionado orientação e aprendizado.

A todos os meus professores que contribuíram, através de seus conhecimentos para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus amigos pela paciência nos momentos de ausência, pelos incentivos e pela força que me dedicaram durante essa jornada.

A todos que fazem parte da minha vida e que contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

“É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca.”

Dom Hélder Câmara.

RODRIGUES, Ermita de Souza Santos. A metodologia de educação a distância do Tribunal de Contas da União: experiência pedagógica. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Trabalho de Conclusão de Curso, 2013.

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar a metodologia de educação a distância do Tribunal de Contas da União através do estudo do tema tomando como base pesquisas bibliográficas, com destaque especial às percepções dos autores Moore e Kearsley, acerca da visão integrada da EaD, e detalhando um curso do Tribunal de Contas da União em que atuei como monitora para melhor compreensão da minha vivência. Inicialmente destaca-se alguns conceitos e a historicidade da educação a distância, levando-se em consideração que existem vários conceitos de EaD ao decorrer dos anos, mas que todos apresentam algum ponto em comum. Ao longo do trabalho explora-se a formação do pedagogo para atuação em educação a distância e a minha experiência no Tribunal de Contas da União como monitora de cursos a distância.

Palavras-chaves: Educação a Distância, Tribunal de Contas da União, Vivência.

ABSTRACT

This work strives to describe the Distance Education methodology employed at the Brazilian Court of Audit (TCU). The study of the subject is based on a bibliographic review, of which special attention is given to Moore and Kearsley's systems views of Distance Education, and on the analysis of a course in which I have worked as a *monitor* in order to better understand my experience. At first, some concepts about and the history of Distance Education are highlighted, considering that, although many concepts on Distance Education have been proposed through the years, all of them share a common feature. We explore throughout the work the Distance Education training for pedagogues and my own experience as an online course *monitor* at the Brazilian Court of Audit.

Key words: Distance Education, Brazilian Court of Audit, Experience

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	24
1.1 Definições de Educação a Distância.....	24
1.2 O contexto histórico da Educação a Distância	26
1.2.1 Primeira Geração: Modelos por correspondência	29
1.2.2 Segunda Geração: Modelos Multimídia	30
1.2.3 Terceira Geração: Modelos de EAD online	30
1.2.4 Quarta Geração: Modelos por teleconferência.....	32
1.2.5 Quinta Geração: Aulas virtuais baseadas no computador e na internet	33
1.3 Ensino a Distância no Brasil	33
CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	38
CAPÍTULO III: REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA PRÁTICA.....	44
3.1 O Lugar da Reflexão: Tribunal de Contas da União (TCU).....	44
3.1.1 O Instituto Serzedello Corrêa (ISC).....	48
3.1.2 A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União	49
3.2 O lugar da ação: Serviço de Educação a Distância (Seduc).....	50
3.3 A O sistema de gerenciamento de aprendizagem – Moodle.....	54
3.3.1 O ambiente virtual de aprendizagem: AVEC-TCU.....	55
3.3.2 A estrutura do curso no ambiente virtual de aprendizagem.....	60

3.4 Minha Experiência Pedagógica em educação a distância no Tribunal de Contas da União	62
3.4.1 Curso de Licitações e Contratos Administrativos	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	68
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES.....	73
APENDICE A - MAPA CONCEITUAL DA EAD	73
ANEXOS	74
ANEXO I – INFORMAÇÕES DO PORTAL DO TCU	74
ANEXO 1.1 – Breve Histórico.....	74
ANEXO 1.2 – Competências	76
ANEXO 1.3 – Estrutura Organizacional.....	78
ANEXO II – QUADRO: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL	79
ANEXO III: O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO TCU	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cinco gerações de educação a distância.....	29
Figura 2 - Acessando o curso.....	56
Figura 3 - Navegação no ambiente do curso.....	57
Figura 4 - Acesso à área de participantes.....	58
Figura 5 - Acessando as atividades propostas.....	59
Figura 6 - Notas.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABT – Associação Brasileira de Teleducação

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

AIM – Mídia de Instrução Articulada

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVEC – Ambiente Virtual de Educação Corporativa

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior

CBP - *Corporation for Public Broadcasting*

CONSED – Conselho Nacional de Educação

CVA – Comunidade Virtual de aprendizagem

DETC – Distance Education and Traininig Council

EAD – Educação a distância

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

FCTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa

FE – Faculdade de Educação

GTADS – Grupo de Trabalho de Educação a Distância

ICCE - International Council on Correspondence Education

ISC – Instituto Serzedello Córrea

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NEAD – Núcleo de Educação Aberta e a Distância

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SACI – Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SEDUC – Serviço de Educação a Distância

SEGEPRES – Secretaria Geral da Presidência

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

TCU – Tribunal de Contas da União

UA – Universidade Aberta

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei

UnB – Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi estruturado em três partes: Memorial Educativo, Relato de Experiência e Perspectivas Profissionais. Na primeira parte encontra-se o Memorial Educativo onde faço uma trajetória da minha vida escolar até a acadêmica. A segunda parte é o Relato de Experiência, um estudo científico baseado em um método de vivência, com análise e discussão sobre a própria ação. Por último, na terceira parte há um relato das minhas perspectivas profissionais, agregando as minhas pretensões e o meu papel como educadora.

No meu Memorial Educativo, há um resgate da minha vivência escolar até chegar à universidade; mostrando cuidadosamente o meu trajeto como aluna, e por quais razões eu decidi prestar vestibular para o curso de Pedagogia. Neste memorial exponho também a minha decisão pela temática abordada na monografia, bem como os agentes que estiveram comigo em diferentes fases do meu processo de aprendizagem.

O Relato de Experiência, segunda parte do trabalho, foi dividida em três capítulos, cujo tema proposto está relacionado com Educação a Distância, sendo intitulado: A Metodologia de Educação a Distância do Tribunal de Contas da União: Experiência Pedagógica. Assim, o capítulo I (um) trata da Educação a Distância, contendo um breve histórico da educação e onde se encontra definições da EAD, baseando-se em alguns autores que se dedicaram ao estudo desta, bem como um resgate histórico desta modalidade de ensino. Os autores Michael Moore e Greg Kearsley são destacados neste capítulo por apresentarem uma visão de conjunto da educação a distância, mas juntamente com eles também são citados os conceitos de Peters (1973), Thees (2010), dentre outros, que contribuíram em diversos momentos históricos para a definição, a compreensão e a contribuição da EAD. Ainda neste primeiro capítulo, o resgate da educação a distância no Brasil mostra que esta sofreu momentos de progresso e regresso de acordo com o cenário econômico e social em que o país se encontrava.

O capítulo II (dois) é denominado: A Formação do Pedagogo para Atuação em EAD. Neste há informações acerca do curso de Pedagogia com base na legislação que trata do assunto e da sua associação à educação a distância, há também uma discussão a respeito do currículo da Universidade de Brasília.

O capítulo III (três) expõe detalhes sobre o campo de pesquisa, o Tribunal de Contas da União, expondo sua história e funcionalidade, bem como as competências destinadas ao Tribunal. Embora este órgão sugira que faça parte do Poder Judiciário, está administrativamente enquadrado ao Poder Legislativo, exercendo atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, o que motivou então a criação de um instituto associado a ele, a fim de se ofertar cursos presenciais e a distância objetivando conscientizar e orientar seus servidores e gestores públicos de outros órgãos, acerca do controle de gastos e investimentos do dinheiro público no país. Este instituto, Instituto Serzedello Côrrea (ISC), também é retratado no capítulo III, pois o mesmo é o responsável pela educação corporativa no Tribunal e pelos cursos oferecidos na modalidade a distância, os quais serviram como base para este relato de experiência.

Este terceiro capítulo é finalizado com a minha experiência no Tribunal de Contas da União e com a exposição do ambiente virtual de aprendizagem utilizado pelo Tribunal na oferta de seus cursos a distância, mostrando suas funcionalidades e seu guia de utilização .

Na estrutura do relato de experiência, encontram-se também as considerações finais acerca do tema abordado. Houve, ainda, a necessidade da confecção de sumário, introdução, listas e anexos, dispostos ao longo do trabalho.

A terceira parte deste trabalho consiste em uma exposição das minhas perspectivas profissionais, levando em consideração os conhecimentos adquiridos ao decorrer do percurso acadêmico e das minhas vivências pessoais, entendendo a necessidade e importância do pedagogo em nossa sociedade.

MEMORIAL

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.”

Immanuel Kant.

Meu nome é Ermita de Souza Santos Rodrigues, sou a filha caçula de uma família com 4 filhos. Nasci às 2h do dia vinte e sete de fevereiro de 1990, Na Maternidade Santa Marina. Fui privilegiada em ter uma família maravilhosa que sempre estiveram presentes na minha vida, participando de todas as fases e etapas do meu desenvolvimento.

Minha história em relação à Universidade começou muito cedo, ao contrário da maioria das pessoas que começam a se preocupar com a universidade no ensino médio eu comecei a pensar em cursos universitários a partir da 6ª série.

Meus primos mais velhos tinham passado na Universidade de São Paulo e o assunto da família era a qualidade do ensino público. Assim, minha mãe começou a falar para meus irmãos que já estavam no ensino médio que a única possibilidade deles fazerem um curso universitário seria se passassem no vestibular de uma universidade pública e eu a ouvia insistindo para eles estudarem para o vestibular e já comecei a me preocupar com isso, afinal, um dia a minha hora chegaria e queria que minha família tivesse orgulho de mim assim como meus tios estavam orgulhosos e felizes com meus primos.

Minha família nunca passou necessidades, mas também não tínhamos dinheiro de sobra e minha mãe dizia que não poderia pagar uma faculdade particular e mesmo que nos esforçássemos muito para pagar a faculdade o diploma não teria o mesmo valor e no mercado de trabalho seríamos facilmente substituídos por alguém que tivesse o diploma de uma universidade pública.

Assim, com 12 anos, apesar de não ter a mínima noção do que poderia fazer em uma universidade, já sabia que queria entrar e me formar em uma universidade pública.

Sempre gostei de ir à escola, sou a filha caçula e esperei ansiosamente minha vez de começar a freqüentar a escola, via meus irmãos indo para a escola e queria também ter mochila, cadernos, canetas e ir para a escola como meus irmãos e as outras crianças. Uma vez ou outra quando ia com a minha mãe pegá-los na escola achava aquele ambiente tão agradável, parece que as crianças saíam tão felizes e animadas de lá que ficava impaciente esperando minha vez de começar a ir para a escola também.

Lembro como se fosse hoje do “grande dia” que foi meu primeiro dia de aula, minha aula começava às 12h30 e logo cedo eu já queria ir para a escolinha que chamava Carrossel, enquanto as outras crianças choravam e não queriam ficar na escola eu estava amando aquele novo ambiente e quando deu a hora de ir embora eu não queria, foi necessário que a tia Epifânia me dissesse que tinha a hora de ir embora e que depois daquele horário ninguém mais ficava na escola e eu não poderia ficar lá sozinha.

Meu ensino fundamental foi conturbado, pois mudei quatro vezes de escola, meus pais mudavam muito de uma cidade para a outra de acordo com a disponibilidade de emprego do local, quando meu pai não achava emprego ou o que ele estava fazendo não dava certo lá íamos nós de “mala e cuia” para outra cidade e até mesmo para outros estados.

Sempre gostei muito de ir à escola principalmente para me relacionar com as outras crianças e por causa das brincadeiras. Foi pensando no tanto que gosto de conversar e estar perto das pessoas que no fim do ensino fundamental começaram a surgir às ideias para o futuro.

No ensino médio decidi que queria psicologia, poderia ter contato com muitas pessoas e meu trabalho seria conversar, o que mais gosto de fazer! Tinha achado o curso perfeito.

Em 2006, com 16 anos, fui estudar na Fundação Bradesco, uma escola que era mais conceituada que a escola pública que eu estudava antes, justamente para me preparar para o vestibular da Universidade Federal de São João Del Rei.

Na Fundação Bradesco conheci novos professores, novos amigos e comecei a me encantar por história, tinha uma ótima professora, Cristina, que me fez gostar

muito de estudar história. Psicologia ou História? Mais uma vez estava na dúvida de que carreira seguir.

Quando estava no 3º ano do ensino médio comprei um “Guia do Estudante” e comecei a ler sobre muitas profissões e seus respectivos salários iniciais. Aí minha dúvida aumentou ainda mais, a cada descrição de um curso e seu mercado de trabalho ficava indecisa, cada hora queria um curso diferente.

Fiz o Exame Nacional do Ensino Médio em 2008 para me inscrever no PROUNI e obtive uma boa nota, marquei em todas as três opções que o PROUNI oferecia faculdades de São Paulo porque eu morava em São João Del Rei (MG), mas meus pais moravam em São Paulo.

Tinha decidido que faria o vestibular para psicologia na UFSJ mas na hora que fui fazer minha inscrição olhei a grade curricular de Pedagogia e gostei muito, naquele momento decidi que gostaria mais do curso de Pedagogia do que de Psicologia e marquei Pedagogia.

O resultado do PROUNI saiu antes do resultado do vestibular e para a minha surpresa fui aprovada para receber bolsa de 75% na Universidade Senac em São Paulo no curso de engenharia ambiental. Fiquei feliz com a aprovação e comecei a me despedir de Minas e das minhas amigas, não havia saído o resultado da UFSJ, mas não tinha muita esperança que seria aprovada. Assim, comecei as despedidas, estava tudo decidido: em pouco tempo iria embora para estudar em São Paulo e morar com meus pais.

No dia 15 de Janeiro de 2008 às 00h05min saiu o resultado do vestibular. E para minha grande surpresa lá estava meu nome! Eu fui aprovada para Pedagogia a alegria foi tão grande que gritei e chorei de tanta felicidade, quem diria, eu em uma Universidade Pública! Confesso que foi um dos melhores dias da minha vida quando vi meu nome naquela lista.

Dia 17 de janeiro de 2008 fui fazer minha matrícula no curso de Pedagogia e depois viajei para São Paulo para passar o restante das férias e contar a novidade para minha família pessoalmente.

Assim, meus planos mudaram, continuaria morando em São João Del Rei e não iria mais estudar na faculdade particular em São Paulo.

Pouco antes de começar as aulas recebi a ligação de um colega que tinha conhecido na igreja, ele ligou para perguntar se eu tinha sido aprovada e para contar que tinha sido aprovado no vestibular da UFSJ para engenharia mecânica, a partir dessa ligação muitas outras vieram e nos tornamos grandes amigos, hoje ele é meu esposo e foi pelo nosso casamento e pelo trabalho dele que viemos morar aqui em Brasília e transferi meu curso da UFSJ para a UnB.

Cheguei a cursar quatro semestres na UFSJ e me apaixonei pelo curso logo no início, os professores eram dinâmicos e tinham uma visão tão diferenciada de educação, tudo ali era diferente da minha experiência na escola, as avaliações não eram punições, não tinham pegadinhas, e nossa formação era muito mais importante que a soma das notas, logo de cara amei essa perspectiva diferenciada de avaliação. Gostava até dos trabalhos acadêmicos porque podia apresentá-los de forma dinâmica. Eu estava extasiada com a possibilidade de mudar o mundo e de fazer a diferença na vida de muitas crianças através da educação.

Confesso que quando cheguei à UnB me assustei com a enorme diferença no currículo do curso e com a grade aberta, até hoje me parece estranho não ter a mesma turma do início ao fim do curso.

Tanto em Minas quanto aqui tive professores incríveis, experiências maravilhosas que me fizeram acreditar ainda mais no potencial transformador da educação, destaco as aulas de psicologia com o professor Laerthe e as de sociologia com o professor Écio na UFSJ e aqui as aulas de educação em língua materna com a professora Stella Maris, projeto 1 com a professora Sônia, pesquisa em educação com a professora Cátia Piccolo entre outros profissionais que me inspiram a cada dia.

O campo de projetos foi especialmente importante para a minha formação acadêmica, realizei o projeto 3 no campo de psicomotricidade com o professor Bianor e realizei vários trabalhos de campo em um colégio no Riacho Fundo I chamado Passionista, lá observei diversas aulas de educação física e pude aprender mais a respeito das atividades desenvolvidas pelos professores de educação física e seus propósitos psicomotores, infelizmente o professor Bianor foi devolvido para a Secretaria de Educação e fiquei um pouco perdida e sem saber o que faria no projeto 4.

No segundo semestre de 2011 fui aprovada em uma entrevista para estágio remunerado no Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União para trabalhar com educação a distância e decidi fazer o projeto 4 na área de educação a distância com a professora Sônia Marise que é uma professora muito querida por mim desde quando cheguei à UnB toda perdida e cheia de dúvidas, ela me acolheu, foi muito receptiva, simpática, e me ajudou a conhecer melhor a Universidade.

Dentro do ISC/TCU trabalho no SEDUC – Serviço de Educação a Distância e tenho a função de monitora dos cursos a distância, participo desde o desenvolvimento e da criação dos cursos no ambiente virtual, até a aprovação e certificação dos participantes, auxilio também o trabalho do tutor e do coordenador executivo de ações educacionais para público externo (servidores de outros órgãos) e também para público interno (servidores do TCU).

A partir deste estágio vivenciei experiências pedagógicas que me fizeram refletir sobre a própria prática e tive mais contato com a Educação a Distância, modalidade de educação que despertou meu interesse e é tema deste relato de experiência.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste relato de experiência teve como fator importante, além do interesse despertado ao decorrer do curso de Pedagogia, o fato de ter realizado estágio no Tribunal de Contas da União, dentro do setor de educação a distância, atuando como monitora nos cursos ofertados pelo órgão.

Cabe informar que, nesse momento, o TCU oferece cursos a distância para dois tipos de públicos distintos: sendo um os próprios servidores do órgão, que se enquadram institucionalmente nos cursos chamados internos, e o outro são pessoas com vínculos empregatícios com os órgãos públicos ou instituições que tenham firmado acordo com o Tribunal, denominado público externo. O curso utilizado para a pesquisa foi o de Licitações e Contratos Administrativos, destinado ao público externo, que fazem parte do programa Capacitação de Gestores Públicos.

Assim, constitui-se como objetivo geral deste trabalho expor minha experiência como monitora em cursos na modalidade a distância no Tribunal de Contas da União e a importância do Pedagogo neste espaço. Como objetivos específicos, refletir a Educação a Distância na prática e verificar como o Tribunal de Contas da União realiza suas ações educacionais a distância mostrando o papel de cada ator envolvido no processo educacional.

A flexibilidade de tempo, lugar e espaço, vem contribuindo para a expansão e a procura da modalidade a distância em diversas partes do mundo, pois o aluno pode estudar de acordo com o seu ritmo e disponibilidade de tempo, sem que precise enfrentar barreiras geográficas. Nota-se então que a educação a distância é, ao mesmo tempo, uma causa e um resultado de mudanças significativas em nossa compreensão do próprio significado de educação (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 20).

É importante lembrar que o crescimento da educação a distância também implica em mudanças importantes na cultura e na estrutura das escolas e organizações de treinamento que decidirem se envolver, pois um importante e grande agente desafiador para este tipo de oferta é a garantia dos recursos e condições para manter a qualidade do ensino/educação ofertados.

Sabemos, ainda, que além dessas mudanças institucionais, se faz necessária uma mudança de percepção e comportamento dos sujeitos que decidem ingressar

em cursos a distância. Estamos no transcorrer de uma Revolução de Copérnio¹, à medida que se torna mais visível que o aluno constitui o centro do universo e que o ensino deixou de direcionar o aprendizado; em vez disso, o ensino responde ao aprendizado e o apóia (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 22). Além do acesso, a educação a distância permite um maior grau de controle para o aluno em relação à instituição de ensino e ao seu próprio aprendizado, mas tal liberdade, no entanto, significa que os alunos precisam aceitar a consequência de assumir maior responsabilidade na condução desse aprendizado, em termos de quando estudarão, quanto desejam aprender e buscando informações e meios para isso.

A educação a distância é mais fácil para quem tem algum grau de habilidade para direcionar seu próprio aprendizado do que para as pessoas que são muito dependentes da orientação, do incentivo e do *feedback* de um professor (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 22). Isso não significa, obviamente, que o apoio técnico e pedagógico é dispensado, ao contrário, estes são de suma importância no processo de aprendizagem nesta modalidade. Entretanto, o que se busca mostrar no presente trabalho, é como o Tribunal de Contas da União conduz suas ações educacionais a distância e as experiências que adquiri realizando a monitoria e acompanhamento dos cursos.

Neste trabalho não existe a pretensão de afirmar que o trabalho do TCU em Educação a Distância é excelente ou não, mas sim compreender melhor através da pesquisa e observação, mostrar e dar ensejos para futuras pesquisas a respeito do trabalho desenvolvido pelo Tribunal.

¹ Em 1543, Nicolau Copérnico afirmou que a Terra se move ao redor do Sol. Essa teoria despertou uma revolução no pensamento ocidental porque, pela primeira vez, tirou o homem do centro do universo.

CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O presente capítulo direciona as discussões sobre a educação a distância (EAD), fazendo uma contextualização histórica da sua construção e de seu desenvolvimento.

1.1 Definições de Educação a Distância

Na literatura educacional, muitos autores se apropriaram de uma ou de outra especificidade para definir educação a distância. Entretanto, em termos gerais, o conceito fundamental de educação a distância é simples e resulta na ideia de muitas novas oportunidades de aprendizado para um grande número de pessoas, onde alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo. Tomando esta perspectiva, usualmente pode-se afirmar que esta modalidade está vinculada ao uso de recursos capazes de vencer longas distâncias e desconsiderar o sincronismo da comunicação (THEES, 2010: p. 1).

Conforme afirma a professora Lucineia Alves² (2011), no Artigo 7 do Volume 10 da revista científica da Associação Brasileira de Educação a Distância, existem vários conceitos de Educação a Distância e todos apresentam alguns pontos em comum. Entretanto, cada autor ressalta e/ou enfatiza alguma característica em especial na sua conceitualização.

Para Maia e Mattar (2007), a educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem em que professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente, porém, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet. Também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o *CD-ROM*, o telefone, o fax e as tecnologias semelhantes.

Ao tratamos de conceitos vinculados a políticas públicas, a educação a distância ao obter respaldo legal para sua consolidação após a aprovação do então presidente Fernando Henrique Cardoso, pareceu imediatamente tornar o ensino presencial velho, obsoleto, distante das novas linguagens e tecnologias (OLIVEIRA, 2008, p.158).

² Doutora e Mestra em Ciências pelo Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz – RJ. Especialista em Ensino de Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Em suas bases legais, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu que:

Art. 80 – O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1º - A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4º - A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. II (SAVIANI, 2008, p.186)

Já no Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96), a educação a distância está definida como:

Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos meios de comunicação.

É importante lembrar que os responsáveis por políticas em nível institucional e governamental têm introduzido a educação à distância para atender àquilo que consideram certas necessidades, tais como: acesso crescente a oportunidades de aprendizado e treinamento; proporcionar oportunidades para atualizar aptidões; melhorar a redução de custos dos recursos educacionais; apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes; melhorar a capacitação do sistema educacional e corporativo; nivelar desigualdades entre grupos sociais e etários; aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento; oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar; entre outros.

A evolução do conceito e das funcionalidades da educação a distância está relacionada aos processos de comunicação, pois gradativamente esta modalidade

tem passado a possuir maiores possibilidades tecnológicas para efetivar a interação entre os pares para a aprendizagem. Mas é necessário ressaltar que embora a evolução da EAD tenha acompanhado a evolução das tecnologias de comunicação, que lhe dão suporte, não significa necessariamente uma evolução pedagógica. “Sempre é possível usar a tecnologia mais avançada para continuar fazendo as mesmas velharias, em particular o velho instrucionismo” (DEMO, 2007, p.90).

Importante é que, independente da tecnologia de mediação, vive-se hoje um crescimento da Heutagogia: “Aprendizagem autodirecionada em que o aluno é gestor e programador de seu processo de aprendizagem” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 85). Este processo é uma competência a ser desenvolvida no processo da EAD, de forma que o aluno aproveite e organize o seu processo de aprendizagem potencializando suas capacidades.

Para entender a educação a distância como é hoje segue o contexto histórico dessa modalidade de educação.

1.2 O contexto histórico da Educação a Distância

Para entender a educação a distância (EAD) hoje, precisamos conhecer a sua história: sua origem, seu passado, sua evolução, e, por consequência, suas implicações, desafios e possibilidades.

Embora a EAD tenha tomado maiores proporções e visibilidade em virtude da emergência de novas ferramentas tecnológicas, que trouxeram possibilidades de renovação e reconstruções de práticas pedagógicas tradicionais, as discussões em torno da EAD não se iniciam apenas com as tecnologias da informação. Ela possui uma longa trajetória, mesmo que pareça um fenômeno recente, devido às práticas mediáticas utilizadas para o seu desenvolvimento, como cartas, telefone e internet, é necessário esclarecer que um olhar mais aprofundado na história indicaria que ela teria a idade da escrita, pois a partir desta possibilitou-se a liberdade de comunicação no tempo e no espaço.

Isto porque com a escrita não houve mais a necessidade que as pessoas estivessem presentes no mesmo espaço e momento para que houvesse a comunicação e a transferência de conhecimentos.

Apesar das inúmeras divergências entre estudiosos, no que se refere ao marco inicial da EAD, com certeza o desenvolvimento dos meios de comunicação de

massas, como a imprensa, no século XV, deu uma ênfase maior a esta modalidade. Mas para compreendermos os métodos e as questões que cercam a educação a distância na atualidade, é necessário conhecer o seu contexto histórico.

De acordo com Otto Peters não podemos ignorar o legado pedagógico de 150 anos de experiência e aprendizagem assíncronas fora da sala de aula tradicional, em que teriam sido desenvolvidas muitas abordagens para a educação a distância. Temos de estudar EAD do ponto de vista pedagógico, não apenas como tema das ciências da computação, da engenharia elétrica e da comunicação.

Na história da EAD temos inicialmente, iniciativas isoladas, como as epístolas de São Paulo. Em meados do século XIX, a iniciativa privada, e posteriormente o Estado, passam a desenvolver a educação por correspondência. Outro momento importante foi a criação das universidades abertas de ensino a distância, influenciadas pela Open University britânica, que se utilizavam intensamente de rádio, televisão, vídeos, fitas cassetes e centros de estudo, e em que se realizaram diversas experiências pedagógicas.

A partir dessas experiências, segundo Peters, teria crescido o interesse pela EAD, o que se pode notar, por exemplo, no número de participantes nos congressos do ICCE (International Council on Correspondence Education).

Surgiram assim as megauniversidades abertas a distância, em geral as maiores, em número de alunos, de seus respectivos países, como a CNDE na França, a Universidade Nacional de Educación a Distancia na Espanha, a Universidade Aberta de Portugal, a FernUniversität na Alemanha, a Universidade do Ar no Japão, a Anadolu Üniversitesi na Turquia, a Universidade de Rádio e Televisão na China, a Tebuka da Indonésia, a Universidade Aberta Nacional Indira Gandhi, a Universidade Aberta Sukkothai Thammathirat da Tailândia, a Universidade Aberta Nacional da Coreia, a Universidade Aberta do Brasil, a Universidade Payame Noor no Irã, a Universidade da África do Sul etc.

Essas experiências têm servido para repensarmos a função das universidades no futuro e estariam modificando a educação de diversas maneiras, mas apenas na década de 90 as universidades tradicionais, as agências governamentais e as empresas privadas teriam começado a prestar atenção a estas experiências. A isso também está associado o crescimento da pesquisa sobre EAD.

Uma nova fase da evolução da EAD foi marcada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Surgiu um novo território para a

educação, o espaço virtual da aprendizagem, digital e baseado na Internet. Surgem também várias redes, como a EADTU, EuroPACE 2000, EDEN etc. Peters fala então de um novo formato do processo de ensino-aprendizagem, “aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo, participativo, flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizado e ensino e não muito preso a instituições de aprendizado superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho.” (PETERS p. 43).

Já Moore e Kearsley separa a evolução da EAD em cinco gerações. A Educação a Distância evoluiu através de diversas gerações e baseia-se num modelo educacional em que a aprendizagem não tem limitações espaciais ou temporais. Segundo Moore e Kearsley, a primeira geração ocorreu quando o meio de comunicação era o texto, e a instrução, por correspondência, era baseada em um estudo independente, proporcionando o fundamento para a educação individualizada a distância.

A segunda geração foi marcada pelo ensino por meio de difusão pelo rádio e pela televisão, teve pouca interação entre alunos e professores, exceto quando relacionada a um curso por correspondência; entretanto agregou dimensões oral e visual à apresentação de informações aos alunos à distância.

A terceira geração foi caracterizada pela invenção de uma nova modalidade de organização da educação, de modo mais específico: as universidades abertas, surgindo experiências que integravam áudio/vídeo e correspondência com orientação face a face, usando equipes de cursos e um método prático para a criação e veiculação de instrução em uma abordagem sistêmica.

Logo em seguida, na década de 1980, ocorreu a primeira experiência de interação de um grupo em tempo real a distância, em cursos por áudio e videoconferência transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores, sendo este método bastante utilizado em treinamentos corporativos, caracterizando a quarta geração.

Por fim, a quinta e mais recente geração de educação a distância envolve ensino e aprendizado on-line, em classes virtuais, baseadas em tecnologias que utilizam a internet, através de métodos construtivistas de aprendizado em colaboração e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação.

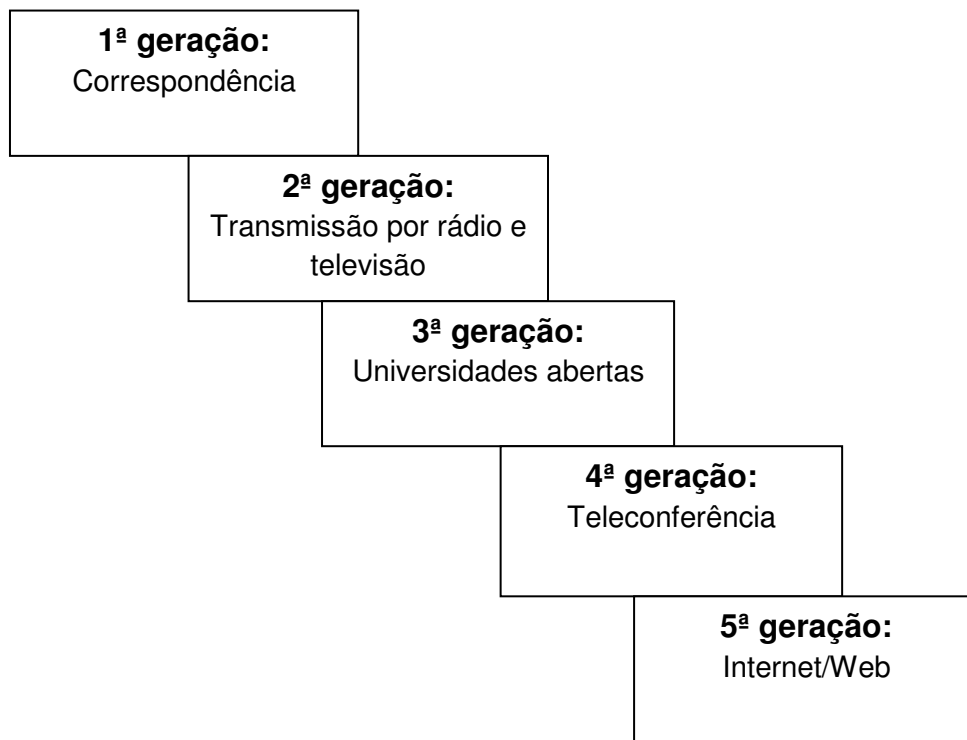


Figura 1 - Cinco gerações de educação a distância

Fonte: Moore e Kearsley (2007)

1.2.1 Primeira Geração: Modelos por correspondência

Denominado como estudo por correspondência, ou chamado de “estudo em estudo”, pelas primeiras escolas com fins lucrativos, e “estudo independente” pelas universidades. Os cursos de instrução que eram entregues pelo correio deram início ao histórico da educação a distância.

No início da década de 1880 ocorreu a invenção de uma nova tecnologia, que foram os serviços postais baratos e confiáveis, que possibilitaram o estudo em casa ou no trabalho, com a instrução de um professor a distância.

1.2.2 Segunda Geração: Modelos Multimídia

O uso de novas tecnologias como a televisão; o rádio; as fitas de vídeo e de áudio; e o telefone, caracterizou a segunda geração. No início do século XX, o rádio surgiu como uma nova tecnologia despertando interesse e otimismo, em especial, nos educadores dos departamentos de extensão das universidades. A *State University of Iowa*, em fevereiro de 1925, ofereceu seus primeiros cursos de cinco créditos por rádio, e dos 80 alunos matriculados naquele semestre, 64 acabaram completando o programa do curso na universidade (PITTMAN, 1986).

Entretanto, o rádio como nova tecnologia de divulgação da educação não supriu as expectativas, pois o interesse restrito demonstrado pelo corpo docente e pela direção da universidade e o amadorismo dos poucos professores interessados, mostraram que era um recurso medíocre para o compromisso da mídia de radiotransmissão, onde as emissoras comerciais que mostravam interesse pelos cursos visavam apenas fins lucrativos através de anúncios.

Em 1934 a televisão educativa já se encontrava em desenvolvimento, neste mesmo ano a *State University of Iowa* realizou transmissões sobre temas como higiene oral e astronomia, e em 1939, a estação da universidade havia transmitido quase 400 programas educacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando foram distribuídas as frequências de televisão, 242 canais foram concebidos para uso não comercial. A televisão educativa teve mais sucesso em comparação à rádio educativa devido às contribuições da Fundação Ford, que, a partir de 1950, doou centenas de milhões de dólares para a transmissão educativa.

O marco dessa expansão se deu em 1965, onde a Comissão Carnegie de Televisão Educativa emitiu um relatório que levou à aprovação pelo Congresso de Lei para Instalação de Televisão Educativa (1967), estabelecendo a *Corporation for Public Broadcasting* (CPB).

1.2.3 Terceira Geração: Modelos de EAD online

Diversas experiências com novas modalidades de organização da tecnologia e de recursos humanos conduzindo a novas técnicas de instrução e uma nova

teorização da educação marcaram um período de grandes mudanças na educação a distância. Dentre essas mudanças, destacam-se duas experiências importantes: o Projeto AIM da University of Wisconsin e a Universidade Aberta da Grã-Bretanha.

A finalidade do Projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM), que foi dirigido por Charles Wedemeyer, era testar a ideia de agrupar várias tecnologias de comunicação, com o propósito de oferecer um ensino de alta qualidade e custo reduzido a alunos não universitários.

Neste projeto foi pensado que os diferentes alunos ao poder utilizar guias de estudo impressos, orientação por correspondência, transmissão por rádio e televisão, *audioteipes* gravados, conferências por telefone, kits para experiência em casa e recursos de uma biblioteca local, poderiam escolher a combinação específica que fosse mais adequada para as suas necessidades de acordo com seus perfis e estilos de aprendizagem.

O AIM representou um marco histórico e um ponto de inflexão na história da educação a distância, pois, pela primeira vez, ela estava sendo visualizada como um sistema total e mais abrangente.

A ideia da formação de uma equipe de criação de cursos, sendo composta por profissionais versados em instrução, peritos em tecnologia e especialistas em conteúdo foi um grande avanço, pois iria servir de apoio para que alunos se auto-orientassem, uma vez que os materiais de instrução utilizados seriam elaborados cautelosamente e haveria também a disponibilidade de pessoas para facilitar a interação e proporcionar auxílio, quando o aluno julgasse necessário.

Foi através do AIM e dos relatos de Wedemeyer, ao ser convidado para ir à Grã-Bretanha e relatar em diversas universidades e para autoridades do governo, as ideias que estavam sendo colocadas em ação no Projeto AIM, que surgiram as instituições de ensino com finalidade única, particularmente as universidades abertas.

Isso porque nos relatos de Wedemeyer ele buscou dar ênfase ao que considerava falhas da experiência do AIM, afirmou que “o AIM era um protótipo experimental com três grandes falhas: não tinha controle sobre o corpo docente e, portanto, sobre seu currículo; e não exercia o controle dos recursos financeiros nem sobre os resultados acadêmicos de seus alunos. As implicações eram claras: uma

instituição atuando em grande escala e não experimental, como o AIM, teria de iniciar com autonomia e controle totais.” (WEDEMEYER, 1982, p.23)

Assim, surgindo como uma instituição integralmente autônoma, autorizada a conceder seus próprios diplomas, com controle sobre seus fundos e seu próprio corpo docente, a Universidade Aberta foi a primeira universidade nacional de educação a distância.

Pelo fato de quase toda a geografia educacional de um sistema educacional aberto ter sido identificado na experiência do AIM, e os relatos feitos por Wedemeyer acerca das três falhas nessa experiência, os formuladores das políticas britânicas mantiveram-se firmes contra as objeções impostas e as pressões das instituições tradicionais contra o projeto da Universidade Aberta.

A Universidade Aberta do Reino Unido surgiu como uma universidade de classe mundial por qualquer critério de análise. A UA tem sido amplamente imitada em muitos países e embora haja algumas diferenças entre elas, as instituições partilham importantes características, tais como: ensino a distância com finalidade única, dedicadas apenas a esse método de ensino e aprendizado, emprega equipes de especialistas para criar cursos e obter economias de escala por meio de um grande número de matrículas, ou seja, atinge muitos alunos por um preço consideravelmente menor.

1.2.4 Quarta Geração: Modelos por teleconferência

A quarta geração foi marcada pela tecnologia da videoconferência, surgindo nos Estados Unidos nos anos de 1980 e sendo elaborada para o uso em grupos. Muitos educadores e formuladores de política foram atraídos por essa nova tecnologia, uma vez que a aproximação com a realidade das classes era mais notória do que em relação aos modelos por correspondência ou por universidades abertas.

Durante os anos de 1970 e 1980 foi amplamente utilizada a áudio conferência, que permitia aos alunos dar uma resposta e aos instrutores interagir com os alunos em tempo real e em locais diferentes. Quase qualquer número de locais poderia ser reunido, seja por um operador ou por meio de uma ponte – um

dispositivo que reúne automaticamente um grande número de participantes de modo simultâneo.

Deste modo, a segunda metade da década de 1980 e 1990 testemunhou o surgimento de um grande setor de educação a distância fora da educação superior, com treinamento para corporações e educação continuada para profissionais liberais, veiculados pela televisão comercial, isto é, vídeo e áudio interativos transmitidos por satélite (MOORE & KEARSLEY, 2007).

1.2.5 Quinta Geração: Aulas virtuais baseadas no computador e na internet

A quinta geração foi marcada pela rede de computadores e o surgimento da internet e da educação com base na web.

O uso de redes de computadores para a educação a distância teve grande impulso com o surgimento do *World Wide Web*, um sistema aparentemente mágico que permitia o acesso a um documento por computadores diferentes separados por qualquer distância, utilizando software e sistemas operacionais diferentes e resoluções de tela diferentes (MOORE & KEARSLEY, 2007).

O ensino a distância no Brasil também seguiu a lógica dessas cinco gerações porém em períodos de tempo diferentes como veremos no próximo tópico.

1.3 Ensino a Distância no Brasil

Assim como em outros países do mundo, a EAD no Brasil sofreu um movimento de aceleração nos últimos anos. De acordo com Alves (2006, p.1) *apud* Dias e Leite (2010, p.10), “inexistem registros precisos acerca da criação da EAD no Brasil. Tem-se como marco histórico de referência oficial a implantação das “Escolas Internacionais” em 1904”.

Esta unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização americana e os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que pretendiam estar empregadas, especialmente no comércio e no setor de serviços. O ensino era, naturalmente, por correspondência, com remessa de

materiais didáticos pelos correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte dos materiais.

Observa-se atualmente que a trajetória do desenvolvimento da EAD no Brasil esteve voltada ao iminente processo de industrialização, pois as demandas por políticas educacionais, no início do século XX, estavam voltadas para a formação de trabalhadores para a ocupação industrial.

No entanto, esse caminho é marcado por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação, provocados por ausência de políticas públicas mais consistentes para o setor.

A capacitação de pessoas ao exercício de certas atividades e ao domínio de determinadas habilidades esteve sempre articulada a questões de mercado, o que caracterizou a forte ligação da história da educação a distância no Brasil com a formação profissional.

Há registros históricos que colocavam o nosso país dentre os principais no campo da EAD, especialmente até os anos setenta do século passado. Mas a partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, e assim surgiu uma queda no ranking internacional.

As políticas públicas desenvolvidas, a partir dos anos 30, viram na educação a distância uma forma de atingir uma grande massa de analfabetos, sem necessariamente permitir que houvesse grandes reflexões acerca das questões sociais.

A partir do estabelecimento do Estado Novo, em 1937, essa marca ficou ainda mais evidente, pois o papel da educação passava a ser de “adestrar” o profissional para o exercício de trabalhos essenciais à modernização administrava. Em 1939 surge o Instituto Rádio-Técnico Monitor e em 1941 o Instituto Universal Brasileiro, que estavam aliados ao contexto de formação profissional que atingia uma grande parte da população.

Nos anos 60, a Diocese de Natal fez uma parceria com o Ministério da Educação e criou as chamadas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base – MEB, que tinha como objetivo principal a “preocupação básica de alfabetizar e apoiar os primeiros passos da Educação de milhares de

Jovens e Adultos, principalmente da região Norte e Nordeste do Brasil.” (NUNES, 1992).

Observamos então que a educação a distância se desenvolveu no Brasil como uma alternativa para atender a demanda profissional, principalmente através de radiofônicos, o que permita que trabalhadores rurais não precisassem se deslocar para os centros urbanos para que a formação ocorresse.

Embora nos anos 60, após várias experiências no Brasil, a implantação das televisões educativas tenha surgido como fruto do desenvolvimento de várias ideias relacionadas ao uso desse novo meio de comunicação da educação, até a década de 1970, a educação a distância no Brasil funcionava por meio do rádio e de correspondências.

Sobre esse processo das comunicações educativas, Terezinha Saraiva (1996, p.17) diz que:

“Sobretudo a partir das décadas de 60 e 70, a teleducção, embora mantendo os materiais escritos como sua base, passa a incorporar, articulada e integralmente, o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o videodisco, o computador e, mais recentemente, a tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem (hipertextos, diferentes linguagens), instrumentos de uma fixação de aprendizagem com *feedback*, programas tutoriais informatizados, etc.”

Na década de 70, a Educação a Distância começa a ser usada na capacitação de professores através da Associação Brasileira de Teleducção (ABT) e do MEC, através dos Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional.

Nesse mesmo período, ainda utilizando a transmissão via rádio, foi criado, no dia 1º de setembro de 1970, o Projeto Minerva, que disponibilizou cursos para pessoas com baixo poder aquisitivo. Também nessa época surgiu o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), que chegou a atender 16.000 alunos entre os anos de 1973 e 1974.

Em 1978 foi criado o Telecurso 2º Grau, através de uma parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, que na década de 90, passou a se chamar Telecurso 2000. O seu objetivo inicial era a preparação de

alunos para exames supletivos de 2º grau, e em 1995 foi incluído o curso técnico de mecânica.

Em 1979 temos a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCTVE), utilizando programas de televisão, no projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Neste mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES) fez experimentos de formação de professores no interior do país, através da implantação da Pós-Graduação Experimental a Distância.

Em 1984, em São Paulo, é criado o Projeto Ipê, com o objetivo de aperfeiçoar professores para Magistério de 1º e 2º graus e na década de 90 surge um projeto que objetiva o aperfeiçoamento de professores das séries iniciais, chamado “Um Salto para o Futuro”.

Já em 1996, através do Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996, foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), mas foi extinta pelo Decreto nº 7.690, de 2012, onde os seus programas e ações passaram a estar vinculadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Entre as principais ações da extinta Secretaria ocorreu a estreia do canal TV Escola e a apresentação do documento-base do “programa Informática na Educação”, na III Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Educação (CONSED).

As bases legais para a educação a distância atualmente foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 80, o qual foi regulamentado pelo Decreto nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Decreto n.º. 5.773, de 09 de maio de 2006, dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

A publicação do Decreto n.º. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, alterou alguns dispositivos dos decretos anteriores, adequando os processos de regulação, supervisão e avaliação da EAD às regras da educação superior presencial.

Além destes decretos, foram publicadas as Portaria n.º 1 e 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007, que determinavam algumas regras para o funcionamento dos polos de educação a distância, a Portaria n.º 40, de 13 de dezembro de 2007, que criou o sistema de informações educacionais e-MEC, incluindo um capítulo específico que trata apenas dos processos para cursos a distância.

Por fim, há a Portaria n.º 10, de 02 julho de 2009, que fixou critérios nos pedidos de autorização de credenciamento de cursos superiores. Cabe ainda ressaltar que alguns estados possuem uma legislação própria de EAD, em complemento a do MEC.

Para finalizar esse panorama histórico da Educação a Distância no Brasil, é necessário compreender que seria inviável uma descrição completa de cada acontecimento, mas ao tomar como ponto de referência o quadro desenvolvido com base nos trabalhos de Fernandez³ e Pfromm⁴, alguns dos marcos considerados fundamentais para compreensão dos cenários e dos caminhos trilhados pelos sujeitos envolvidos com a educação a distância no Brasil resultaria no quadro 1 “Desenvolvimento Histórico da EaD no Brasil” que se encontra no anexo II deste trabalho. (ver anexo, p. 78)

Após contextualizar diferentes vertentes do conceito de educação a distância e um breve histórico do desenvolvimento dela no Brasil e no mundo, se faz necessário conhecermos as diretrizes curriculares para o curso de pedagogia e de que forma a educação a distância é contemplada nessas diretrizes conforme veremos no próximo capítulo

³ FERNANDEZ, Marcela Afonso. Ressignificando o conceito de educação a distância na formação continuada de professores. Dissertação de mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

⁴ PFROMM NETO, Samuel. Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Biblioteca pioneira de arte e comunicação, 1976.

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este capítulo intenciona mostrar a importância da formação pedagógica para atuação em educação a distância e traz algumas resoluções que instituiu diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, e também um breve histórico do curso no país.

O parecer CNE/CP N° 5/2005, que deu origem a resolução CNE/CP N° 1 de 15 de maio de 2006 que instituiu as diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, apresenta um breve histórico do curso no país.

Com base neste parecer, o curso de pedagogia teve em sua trajetória histórica, como objeto de estudo e finalidade os processos educativos em escolas e em outros ambientes educacionais, principalmente a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional.

O primeiro documento que regulamentou o curso de pedagogia no país foi o Decreto-lei n° 1.190/1939, sendo definido como curso formador de técnicos em educação ou professor das séries iniciais, dependendo da duração dos estudos.

Esta regulamentação se deu por causa da concepção normativa da época que alinhava as licenciaturas no esquema 3+1, ou seja, aos alunos que cursassem três anos em conteúdos específicos das áreas (fundamentos técnicos e teorias educacionais) era conferido o título de bacharel, e se o estudante cursasse mais um ano em didática e prática de ensino era conferido o título de licenciado em pedagogia.

Posteriormente, com a publicação da lei 4.024/1961 e a regulamentação contida no parecer CFE n° 251/1962 foi mantido o esquema 3+1 e regulamentado o currículo mínimo do curso de bacharelado em pedagogia, que visava manter a especificidade do curso, uma unidade de conteúdos que iria facilitar a transferência de alunos.

A licenciatura foi regulamentada pelo parecer CFE n° 292/1962, que previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, sendo esta última em forma de estágio

supervisionado e assim manteve-se a dualidade entre o bacharelado e a licenciatura.

Com a Lei da Reforma Universitária nº5.540/1968, dava o direito a escolha de graduação em pedagogia, a oferta de habilitações em: supervisão, orientação, administração e inspeção educacional, além de outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho.

Em 1969, com o Parecer CFE nº252 e a Resolução CFE nº 2, que dispunham sobre a organização e funcionamento do curso de pedagogia, indicavam a finalidade do curso em preparar profissionais da educação, assegurando a possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos.

A partir destes dois documentos, foi regulamentado que o curso de pedagogia seria uma licenciatura, que permitiria o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, que posteriormente seriam denominados magistério de 2º grau e assim permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização.

Com o desenvolvimento econômico e social do país, que promoveu o aumento do acesso a escola e o seu crescente aprimoramento trouxe novas necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas, de maior autonomia e responsabilidade institucional. E logo, com essas crescentes demandas, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento da escola e aos órgãos de administração de sistemas de ensino foi valorizada e nessas atividades, os licenciados em pedagogia provaram a sua qualificação, conforme o Parecer CNE/CP nº 5/2005.

No início da década de 1980, várias universidades promoveram reformas curriculares, de modo a formar, professores para atuarem na educação pré-escolar e nas séries iniciais do ensino de 1º grau.

O atual curso de pedagogia conta com uma grande diversificação curricular das habilitações que permitem ao pedagogo atuar em uma gama diversa de temas como educação de jovens e adultos, educação infantil, educação das questões étnico-raciais, a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, a educação à distância, dentre outros.

Atualmente o curso de pedagogia é regido, como falamos antes, pela Resolução CNE/CP, nº 1 de 15 de maio de 2006. Esta resolução regulamenta as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. A destinação do curso está explícita em seu artigo 4º como veremos a seguir:

“Art. 4º - O curso de Licenciatura em pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.” (MEC.2006)

Com base nestas informações podemos ver que o estudante de pedagogia deve se preparar para, além de atuar como professor da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, atuar em ambientes e áreas que necessitem conhecimentos pedagógicos, atuando em ambientes escolares e não escolares em atividades de organização de gestão de sistemas e instituições de ensino que irão englobar o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação, ou seja, a gestão de tarefas próprias do setor da educação e também de projetos e experiências educativas não escolares e também a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico, em contextos escolares e não escolares.

No artigo 5º da Resolução CNE/CP 1/2006 há características do egresso do curso de pedagogia e uma em específico se enquadra com o trabalho que desenvolvi no Tribunal de Contas da União, conforme segue abaixo:

V – trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; (MEC.2006)

Podemos concluir que o estudante de pedagogia, com base nas atuais diretrizes curriculares deve ser um indivíduo capaz de lecionar para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, além de estar apto para atuar na promoção de atividades que envolvam o ensino seja em espaço escolar ou não.

A faculdade de educação da Universidade de Brasília (UnB) tem seu projeto acadêmico vigente desde dezembro do ano de 2002. Este documento visa delinear o perfil do estudante do curso de pedagogia da universidade, com a finalidade de formar um profissional com competências para atuar em qualquer ambiente que exija a participação de um profissional da educação, em conformidade com a resolução CNE/CP 1/2006, conforme podemos constatar abaixo:

“... o curso de pedagogia da Universidade de Brasília considera a formação do pedagogo essencial, mesmo que este não tenha destino profissional a atuação como professor. Pretende o curso formar também o pesquisador educacional, com base numa formação teórica, científica e técnica ancorada na contribuição das ciências sociais e humanas aplicadas a educação.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2002, p. 5).

E ainda mais:

“... o curso deve formar um profissional qualificado para participar de projetos de formação em ambientes não escolares bem como assumir o exercício de atividades não docentes em instituições de ensino.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2002, p. 5).

Desta forma, podemos inferir que a UnB visa formar um profissional apto a não somente atuar como docente, mas também competente para atuar em outros espaços educativos que requeiram um profissional com formação nas ciências da educação e também que esteja em sintonia com as tendências da sociedade, com o rearranjo de vários meios tradicionais, inclusive relativos à educação e as demandas do mercado de trabalho.

Este projeto acadêmico não tem a intenção de “... formar um profissional generalista nem um especialista, o curso visa formar um educador capaz de se

inserir nos vários ciclos da vida, respeitando as formas e conceitos apropriados a cada um destes” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2002, p. 5).

Reforçamos assim a ideia de que o estudante de pedagogia está sendo preparado para se tornar um profissional cada vez mais polivalente e apto a atuar em ambientes que requeiram o conhecimento pedagógico, tanto em sala de aula, como fora dela.

O curso de pedagogia da Universidade de Brasília contempla esta característica que permeia as diretrizes curriculares nacionais com sua grade aberta e a gama de disciplinas que abrangem os diversos campos de atuação do pedagogo, além de também possibilitar, a critério do estudante poder cursar disciplinas de outras áreas do conhecimento com o seu módulo livre.

O profissional da pedagogia que atua em educação a distância tem a competência de assumir as funções de avaliar os processos de ensino e aprendizagem, organizar o trabalho pedagógico dos cursos e auxiliar na preparação dos conteúdos para os cursos.

De acordo com as experiências vividas no estágio, que descreverei mais detalhadamente a seguir, posso traduzir, que a minha experiência profissional contempla principalmente a aptidão do estudante de pedagogia que falei anteriormente que é de atuar nos mais diversos espaços na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Com a oportunidade de trabalhar em um instituto que tem como principal função a capacitação profissional, evidencia-se que o trabalho do pedagogo inserido nessas organizações torna-se necessário para melhorar o processo educativo e contribuir para o sucesso das ações educacionais.

A disciplina Educação a Distância que cursei na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília trouxe uma grande contribuição para o trabalho que desenvolvi em cursos a distância, esta disciplina agrega os mais diversos conhecimentos a respeito da EAD e das ferramentas e meios utilizados nos cursos ofertados a distância.

CAPÍTULO III: REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA PRÁTICA

Este capítulo se inicia com a história do Tribunal de Contas da União (TCU), que é o meu campo de atuação profissional e que resultou neste trabalho.

O segundo tópico trata do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que tem a função de atender o planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das ações educacionais promovidas pelo Tribunal. (ver anexo, p. 77)

No TCU a prática da Educação corporativa é o eixo central das ações educacionais do órgão, assim, este capítulo também traz algumas definições de educação corporativa.

Com a pretensão de capacitação e aperfeiçoamento de servidores em larga escala o Tribunal criou o serviço de educação a distância (Seduc), que atende a servidores públicos de todo o Brasil, o trabalho dos agentes envolvidos neste serviço, bem como a plataforma virtual de aprendizagem utilizada também serão tratados neste capítulo.

3.1 O Lugar da Reflexão: Tribunal de Contas da União (TCU)

O Tribunal de Contas da União é um órgão do Poder Legislativo com sede no Distrito Federal. Atualmente tem suas atribuições previstas na Constituição Federal de 1988, para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

Auxilia também o Congresso Nacional no planejamento fiscal e orçamentário anual. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161 da Constituição Federal, conforme descritas adiante:

- Apreciar as contas anuais do presidente da República;
- Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;

- Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares;
- Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional;
- Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais;
- Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios;
- Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas;
- Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos;
- Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização;
- Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais;
- Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais. (PORTAL DO TCU, 2012)

De acordo com o Art. 71 da Constituição Federal o Tribunal de Contas da União é uma instituição com autonomia administrativa, financeira e orçamentária, dessa forma o Tribunal não está ligado diretamente a nenhum poder, o que faz com que seja um órgão independente.

A ideia de criar um Tribunal de Contas no Brasil começa no período colonial, em 1680 foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.

Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública. Porém, foi apenas em 1826 que surgiu efetivamente a ideia de criação de um Tribunal de Contas através de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram um projeto de lei ao Senado do Império.

Durante quase um século, existiram inúmeras discussões a cerca da criação de um Tribunal de Contas, pois havia àqueles que defendiam a sua necessidade - acreditando ser necessário um órgão competente e independente para examinar as contas públicas – e aqueles que eram contra a sua criação, pois afirmavam que as contas poderiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que já as realizavam.

Influenciado pela queda do Império, em 1889, e as reformas-políticas da jovem república, o Tribunal de Contas da União se tornou realidade. Assim, no dia 7 de novembro de 1890, com a iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteados pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia. No ano seguinte, através da Constituição de 1891, ocorreu a institucionalização do Tribunal de Contas da União, sendo inscrito no seu art. 89.

Art 89 - É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso.

Os membros deste Tribunal serão nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado, e somente perderão os seus lugares por sentença.

A instalação do Tribunal, no entanto, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, devido ao empenho do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Serzedello Corrêa, que anos mais tarde daria o nome a um importante instituto do Tribunal. Inicialmente o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização se fazia pelo sistema de registro prévio.

Como o Tribunal de Contas, de acordo com a Constituição de 1891, possuía a competência de liquidar as contas da receita e da despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional, considerou ilegal a nomeação, feita pelo Presidente Floriano Peixoto, de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca.

Inconformado com esta decisão, Floriano Peixoto mandou redigir decretos que retiravam do TCU a competência para impugnar despesas consideradas ilegais. Discordando da posição do Presidente, o Ministro da Fazenda Serzedello Correa demitiu-se do cargo, expressando sua posição e afirmando que os decretos que anulam as competências do Tribunal, o reduzem a Ministério da Fazenda, tirando-lhe assim toda independência e autonomia.

Anos depois, através da Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio

sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados. Entretanto, com a Carta de 1937, foi excluída atribuição a cerca do parecer prévio sobre as contas presidenciais.

As competências do Tribunal de Contas da União foram se modificando e ratificando ao longo do tempo, permeando as Constituições de 1946 e de 1967, até chegar à Constituição de 1988, onde teve a sua jurisdição e competência ampliadas.

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, conferiu ao Tribunal de Contas da União o papel de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161, conforme descritas a seguir:

- Apreciar as contas anuais do presidente da República.
- Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.
- Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.
- Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.
- Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios.
- Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.
- Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.
- Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.
- Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.
- Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.

Com as competências atribuídas ao Tribunal de Contas da União, pensou-se então na necessidade de se criar um instituto que servisse de apoio estratégico ao tribunal, buscando atender demandas internas e externas, a fim de se exercer o papel de educação corporativa, conforme veremos no tópico a seguir.

3.1.1 O Instituto Serzedello Corrêa (ISC)

O Instituto Serzedello Corrêa recebeu este nome em homenagem a Innocêncio Serzedello Corrêa, que foi Ministro da Fazenda no período de 31/8/1892 a 30/4/1893, conforme mencionado no tópico anterior, o Ministro foi responsável pela regulamentação e funcionamento do Tribunal de Contas da União, onde defendeu a autonomia do órgão, não só como responsável pelo registro de despesas, mas também, como instituição independente e moralizadora dos gastos públicos.

O ISC foi conjecturado na Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8443/92), e sua instituição ocorreu através da Resolução-TCU nº 19, de 09/11/1994. Neste sentido o Instituto Serzedello Corrêa é unidade de apoio estratégico do Tribunal de Contas da União, subordinada à Secretaria-Geral da Presidência (Segepres).

De acordo com o a Art. 2º da Resolução-TCU nº 19/1994 a organização do TCU será pautada de modo a atender as funções de planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das ações educacionais promovidas pelo Tribunal de Contas da União. Conforme descrito a seguir:

O Instituto está organizado de modo a atender às funções de planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das atividades relativas ao recrutamento, seleção, formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos do Tribunal de Contas da União, bem como as de promoção e organização de simpósios, trabalhos e pesquisas acerca de questões relacionadas com técnicas de controle da Administração Pública e, ainda, a de administração de biblioteca, centro de documentação e serviços de editoração. (TCU, 1994)

Em relação à sua finalidade, a Resolução-TCU nº 240, de 23 de dezembro de 2010, descreve que o Instituto deve propor políticas e diretrizes de seleção externa

de servidores, educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional e gestão documental, e também coordenar as ações delas decorrentes. Assim, o ISC é responsável pelos seguintes processos corporativos:

1. Seleção de futuros servidores;
2. Educação Corporativa (Treinamento e Desenvolvimento Profissional);
3. Gestão do conhecimento organizacional (Biblioteca e Editora); e
4. Gestão Documental.

3.1.2 A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União

Para o Tribunal de Contas da União, a definição de Educação Corporativa, está prevista no art. 3º da Resolução-TCU N.º 212, de 25 de junho de 2008. Assim, a resolução considera:

I – educação corporativa – processo corporativo formado pelo conjunto de práticas de desenvolvimento de pessoas e de aprendizagem organizacional com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de informações e conhecimentos, estimular processos contínuos de inovação e promover o aperfeiçoamento organizacional. (TCU, 2008)

De acordo com o Portal de Educação Corporativa, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Educação Corporativa é definida como uma prática coordenada de gestão de pessoas e de gestão do conhecimento, e tem como orientação a estratégia de longo prazo de uma organização, bem como:

[...] é mais do que treinamento empresarial ou qualificação de mão de obra. Trata-se de articular coerentemente as competências individuais e organizacionais no contexto mais amplo da empresa. Nesse sentido, práticas de educação corporativa estão intrinsecamente relacionadas ao processo de inovação nas empresas e ao aumento da competitividade de seus produtos (bens ou serviços). (PORTAL DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, 2012).

A prática de Educação Corporativa no Brasil se iniciou no século XX, as primeiras instituições de educação corporativa no Brasil surgiram por volta dos anos 1990, e tinham como objetivo aperfeiçoar o conhecimento dos funcionários das empresas, esta prática se deu devido à alta competitividade do mercado.

A Educação Corporativa se ampliou nos anos 90 devido ao advento de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, com isso, as organizações começaram a se sentir pressionadas a investir na qualificação profissional de seus colaboradores, bem como no seu desenvolvimento contínuo.

Eboli (2002) sugere um modelo integrado de Educação Corporativa, que tem como importantes pilares a existência de modelos de gestão por competências e de gestão do conhecimento na organização.

Estes conceitos e o modelo de educação corporativa proposto por Eboli também são pilares para prática da Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União, segundo dados do Portal TCU, a Educação Corporativa é:

Processo institucional que tem como finalidade básica:
Fomentar o desenvolvimento e a instalação das competências empresariais e humanas, atuais e futuras, consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócios, de uma forma sistemática e contínua. (PORTAL DO TCU, 2012)

No Tribunal de Contas da União a prática da Educação corporativa é o eixo central das ações educacionais, o desenvolvimento desta prática deve ser visto dentro do contexto organizacional de gestão do seu corpo técnico. A implantação da gestão de pessoas por competências resultou no redimensionamento das ações educacionais exercidas pelo órgão.

Ao pensar na capacitação e aperfeiçoamento de servidores em larga escala, em 2006 o Tribunal criou o serviço de educação a distância (Seduc), neste setor é feito o planejamento e a execução dos cursos ofertados pelo TCU na modalidade a distância.

A partir daí o Tribunal passou a utilizar a plataforma virtual de aprendizagem Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*). No próximo tópico será trabalhado mais detalhadamente o trabalho do Seduc, a plataforma moodle e sua utilização nos cursos oferecidos pelo TCU.

3.2 O lugar da ação: Serviço de Educação a Distância (Seduc)

Para contextualizar melhor o lócus do relato de experiência é necessário entender o trabalho do Seduc, que após a sua criação passou a oferecer cursos na modalidade a distância para servidores públicos tanto do TCU quanto de outras

instituições públicas do Brasil. Nesta modalidade o Tribunal oferta dois tipos de cursos:

- Os cursos autoinstrucionais, que podem ser acessados pelo público em geral após o cadastro no Portal do TCU, e não têm data definida para ocorrer; cada um se inscreve e conclui de acordo com suas possibilidades;
- Os demais cursos são oferecidos apenas para pessoas que tenham vínculos com órgãos públicos ou instituições que tenham firmado acordo de cooperação com o TCU.

Os servidores do TCU podem participar tanto das ações educacionais disponibilizadas exclusivamente para servidores do Tribunal, quanto dos cursos ofertados para servidores públicos de outras instituições do Brasil.

Para os servidores públicos de outras instituições o Tribunal oferta gratuitamente diversos cursos, que tem como objetivo a disseminação de conhecimentos sobre práticas corretas da administração pública, contribuindo, para a aplicação correta dos recursos públicos.

É importante destacar que um curso a distância requer a participação de profissionais especializados para dar assistência aos participantes, só assim os participantes passarão a ter um melhor aproveitamento na ação educacional. Um curso a distância não pode simplesmente ser produzido e depois ofertado sem nenhum cuidado, pois isso pode afetar a qualidade do ensino que se pretende transmitir.

Para entender melhor o papel e a atuação do Seduc é preciso compreender a sua dinâmica de trabalho, este setor é dividido em duas coordenações, a seguir um breve resumo das competências de cada coordenação do Seduc:

Coordenação pedagógica: Esta equipe é a responsável por todo o processo de planejamento do curso, ou seja, preparam a matriz instrucional, objetivos geral e específicos, matriz curricular, matriz de avaliação, etc. Possuem maior contato com os conteudistas dos cursos, pois geralmente os conteudistas são especialistas no assunto tratado no curso, mas não possuem didática para transmissão do conteúdo. Vale ressaltar que na modalidade a distância é imprescindível a atenção especial na qualidade do material ofertado, não só no que se refere ao conteúdo, mas também na forma que ele é ministrado.

A respeito do trabalho pedagógico envolvido nos cursos a distância, Pereira (2007) dá destaque ao processo de elaboração dos materiais ofertados nesta modalidade.

Assim como acontece no Seduc, a autora menciona que em geral os cursos a distância envolvem o trabalho de diversos profissionais que devem trabalhar de forma integrada coordenados pela equipe pedagógica, para que se alcance o sucesso da ação educacional.

Abaixo segue as funções de alguns profissionais da equipe pedagógica do Seduc de acordo com Pereira:

- **conteudista**: É um especialista no domínio do conhecimento a ser trabalhado. Conhecido também como professor-autor por ser responsável pela preparação do programa didático, criação e seleção dos conteúdos normalmente na forma de textos explicativos e dissertativos;
- **designer instrucional**: É geralmente, um educador, com experiência em Tecnologia Educacional. Sua função orienta o desenvolvimento e/ou customização do sistema a ser utilizado e a produção de matérias do curso. Este profissional efetiva a associação entre o enfoque pedagógico, o conteúdo didático e o ambiente de aprendizagem. Suas atividades consistem em: analisar as necessidades, construir o desenho do ambiente de aprendizagem em conjunto com os profissionais de outras áreas (...)
- **designer gráfico**: é ele quem desenvolve a identidade visual do sistema digital impresso. Trabalha junto com o designer instrucional e os programadores na interface do sistema. Fundamenta-se em estudos ergonômicos de usabilidade, navegação, organização da informação semiótica, princípios de designer, etc.
- **programador**: é quem desenvolve e customiza o AVA, criando sistemas personalizados de acordo com as orientações de cunho pedagógico e de *design* de interface. Além disso, cria e gerencia o banco de dados; (p.17)

Pereira só menciona a atuação da equipe pedagogia na execução de um curso a distância. Porém, como já foi mencionado, no Seduc o trabalho é dividido em duas coordenações.

Além da equipe pedagógica, os cursos oferecidos pelo TCU contam com a atuação de outros profissionais, que são responsáveis pela execução e oferta dos cursos.

Coordenação executiva: Após receber o trabalho de preparação do material didático que foi elaborado pela equipe pedagógica, a coordenação executiva tem a missão de colocar em prática o curso.

Esta equipe é a responsável pelo processo de seleção e contratação dos Tutores, que atuarão diretamente com os alunos durante o curso. A coordenação executiva contrata e designa as funções dos monitores para ação educacional, que são responsáveis por procedimentos administrativos e gerenciamento de participantes.

Administram também, com o auxílio dos monitores, as inscrições nos cursos, cronograma, emissão de certificados, e aplicação de avaliação de satisfação, dentre outros procedimentos inerentes à ação educacional. Dessa forma, a equipe de coordenação executiva administra as etapas de execução e parte da avaliação dos cursos.

Para que aconteça o sucesso da ação educacional, é preciso que os sujeitos envolvidos na execução do curso entendam as suas atribuições, o Seduc destaca o papel dos agentes envolvidos da seguinte forma:

- **Monitor:** Preparam os cursos no AVEC-TCU, organizando os materiais do curso na plataforma, gerenciam os participantes na plataforma de aprendizagem e na ferramenta de apoio, as inscrições e emissão de certificado dos participantes. Conduzem a etapa de ambientação dos cursos. Orientam os participantes sobre o acesso e uso dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem. Acompanham o cumprimento do cronograma de atividades dos participantes. Acompanham a participação da turma nas atividades do curso. Acompanham a atuação do Tutor, no sentido de verificar dúvidas não respondidas e apoio técnico relacionado ao ambiente virtual.

-**Tutor:** Fomentará o debate nos fóruns sobre o conteúdo, responderá às dúvidas dos participantes sobre o conteúdo, comentarão as contribuições nos fóruns sobre o conteúdo, indicará leituras complementares, apresentará exemplos sobre os temas tratados no curso quando necessário.

- **Deveres do participante:** Acessar o ambiente virtual de educação corporativa do TCU (AVEC-TCU) e consultar, pelo menos uma vez por semana, o cronograma do curso; Estudar o conteúdo do módulo e, em seguida, realizar as atividades correspondentes, de acordo com o Cronograma estabelecido; Dedicar pelo menos 2 horas diárias de estudo em dias úteis; Consultar periodicamente o “Quadro de Avisos” no AVEC-TCU e participar ativamente dos debates do curso. Enviar imediatamente dúvidas ou questionamentos ao Monitor ou Tutor.

Quando cada agente envolvido na ação educacional e os participantes desempenham bem seu papel as chances do curso ser um sucesso são muito grandes.

3.3 A O sistema de gerenciamento de aprendizagem – Moodle

Conforme mencionado anteriormente, a partir de 2006 o TCU passou a utilizar a plataforma virtual de aprendizagem Moodle para realizar ações educacionais a distância. Mas o que é o sistema Moodle?

Segundo a documentação que consta no sítio oficial do Moodle:

“O Moodle é um Course Management System (CMS), também conhecido como Learning Management System (LMS) ou Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ele é um aplicativo web gratuito que os educadores podem utilizar na criação de sites de aprendizado eficazes.”

Este sistema começou a ser idealizado por Martin Dougiamas, no início da década de 90, que era o Webmaster na *Curtin University of Technology* na Austrália e responsável pela administração do LMS, usado pela Universidade naquela época.

A criação do Moodle aconteceu porque Martine desejava proporcionar uma alternativa gratuita e livre, que pudesse inserir pessoas, instituições, escolas de pequeno ou grande porte no universo on-line.

Os ideais de Martin nas inúmeras possibilidades da Educação baseada na Internet o levaram a fazer mestrado e doutorado na área de Educação, combinando sua experiência em ciência da computação com teorias sobre construção do conhecimento e natureza da aprendizagem e da colaboração.

Desde sua criação, várias versões do Moodle foram produzidas e descartadas até a versão 1.0 ser aceita e muito utilizada em 2002. Com o aumento da comunidade de usuários, novas versões do software foram desenvolvidas, a essas novas versões foram adicionadas funcionalidades, delineadas por pessoas em diferentes situações do ensino.

O Moodle conta com as principais funcionalidades de um ambiente virtual de aprendizagem, possui ferramentas de comunicação, de avaliação e de administração e organização. As suas possibilidades de utilização são bastante

amplas, pode ser utilizado em universidades, escolas de ensino médio, escolas primárias, organizações, companhias privadas e por professores independentes. Dessa forma, o Moodle se caracteriza como um bom sistema de gerenciamento de aprendizagem.⁵

3.3.1 O ambiente virtual de aprendizagem: AVEC-TCU

O avanço das novas tecnologias de informação e comunicação levou há novas possibilidades de utilização e também há renovação das necessidades de capacitação profissional. Em relação à educação, essas novas tecnologias foram agregadas à prática de ensino.

A possibilidade de interação a distância já é uma realidade através das técnicas rápidas, seguras e eficientes. Nessa perspectiva, surgiram os ambientes virtuais de aprendizagem, utilizando a Internet.

O ambiente virtual AVEC-TCU utiliza o sistema de gerenciamento de aprendizagem Moodle. Ele foi escolhido pelo Tribunal por ser uma ferramenta simples e de fácil acesso, em todos os cursos oferecidos os participantes encontram no módulo de Ambientação um guia intitulado “Guia de Utilização do AVEC e do FÓRUM”. Neste se encontram orientações sobre o acesso e navegação; participantes; atividades; administração; notícias e mensagens; fórum; tarefas; seu perfil; sair do ambiente e conduta.

Quando o participante recebe a confirmação de matrícula no curso, recebe também as orientações de acesso ao mesmo, bem como a data de início da ação educacional. Ao acessar o ambiente virtual de aprendizagem, há uma lista com os nomes dos cursos e disciplinas em que o participante está inscrito, conforme ilustrado na figura abaixo:

⁵ Fontes retiradas: http://www.aedb.br/seget/artigos10/22_SegetMoodle_TI.pdf

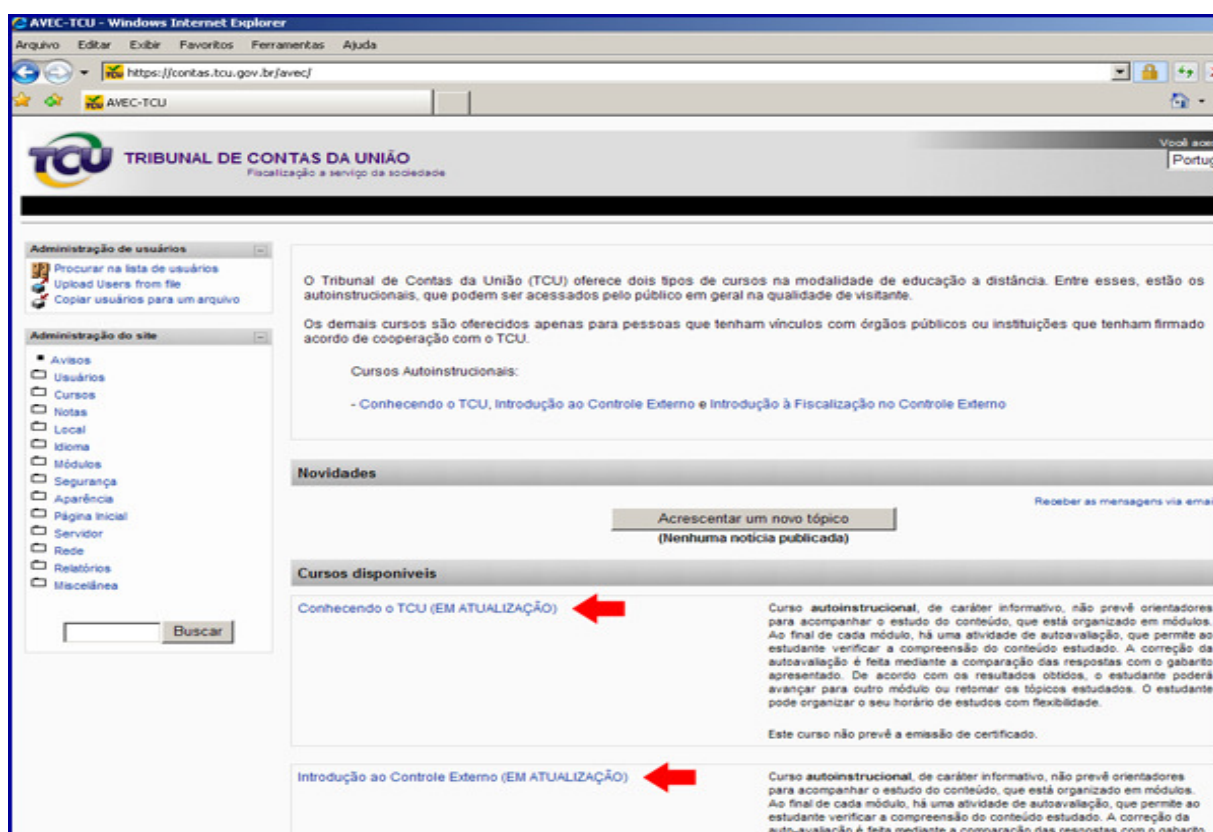


Figura 2 - Acessando o curso – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

Após clicar no curso que deseja, o participante terá acesso à página principal do curso, onde são disponibilizados recursos e ferramentas que possibilitam uma navegação fácil através do ambiente. Nas laterais da página encontram-se diversos boxes, no centro a programação do curso, e em seguida as unidades relativas ao conteúdo do curso, bem como atividades propostas pelo tutor, fóruns, chats e tarefas, conforme detalhado a seguir:



Figura 3 - Navegação no ambiente do curso – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

O primeiro box, à esquerda permite visualizar a lista de Participantes do curso. Neste recurso será exibida a lista de todos os participantes do curso, incluindo alunos, tutores e monitores. Também é possível visualizar apenas os alunos, ou apenas os tutores, para isso basta selecionar a opção desejada, através da caixa de opções que segue o modelo abaixo:

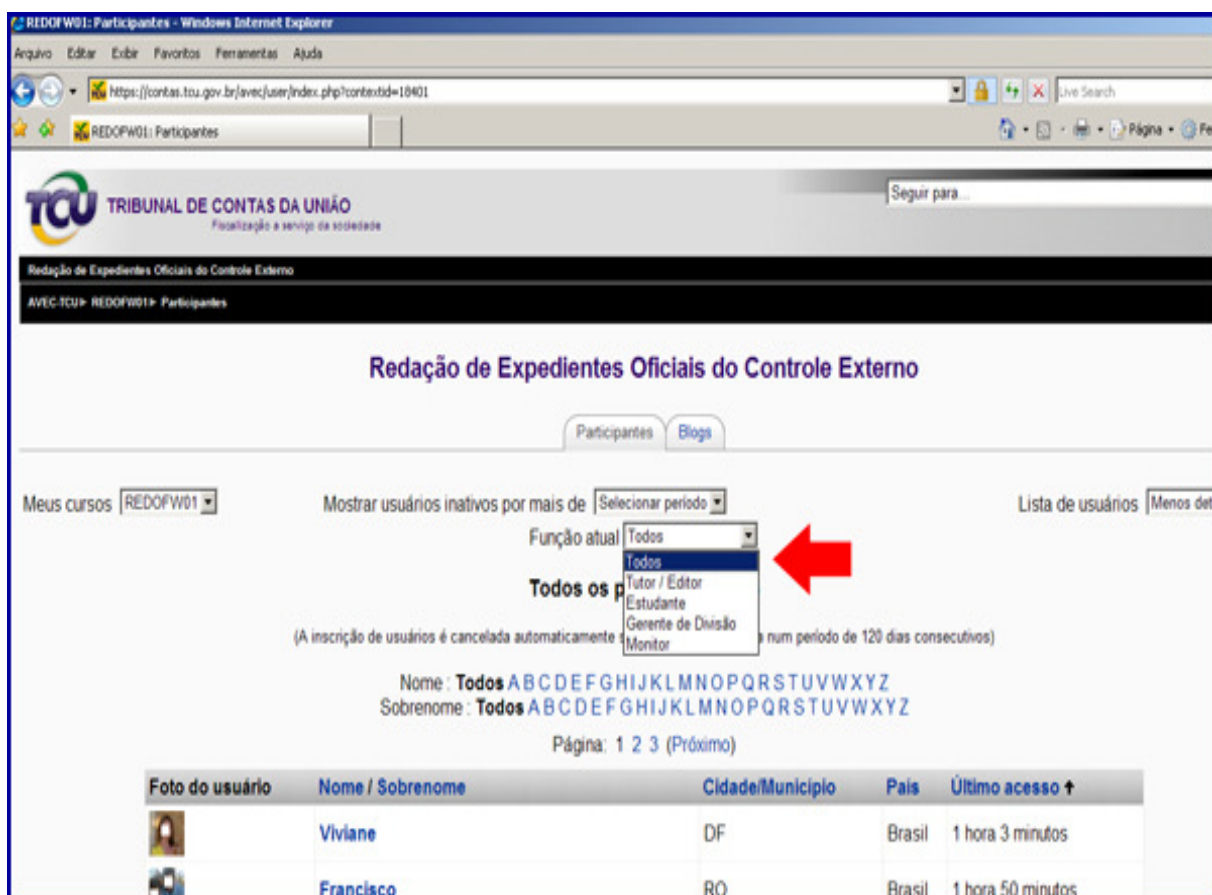


Figura 4 - Acesso à área de participantes – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

As atividades propostas pelo tutor ao longo do curso são listadas conforme sua categoria (Chats, Fóruns, Recursos, Tarefas, etc), segundo box, à esquerda. Ao clicar em uma das categorias listadas, todas as atividades daquele tipo que foram propostas no curso serão exibidas. Por exemplo, clicando em “Fóruns”, todos os fóruns propostos durante o curso são exibidos. Veja o exemplo:

uni

Fazer a
Cancelar a

Fóruns gerais

Fórum	Descrição	Tópicos	Assinante	
Quadro de Avisos	<p>Espaço destinado exclusivamente para avisos da Tutoria/Monitoria/Coordenação, referentes ao curso.</p> <p>Se houver dúvidas sobre o conteúdo vá aos fóruns de dúvidas referente a cada módulo de conteúdo.</p> <p>Caso possua alguma outra dúvida ou queira fazer algum comentário, acesse o fórum ...</p>	19	Sim	
Fóruns para atividades de aprendizagem				
Seção	Fórum	Descrição	Tópicos	Assinante
1	Apresente-se Aqui!	<p>Sejam bem-vindos!</p> <p>Para que possamos nos conhecer melhor, pedimos que todos se apresentem, abordando alguns pontos, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fale um pouco sobre você, onde mora e trabalha;• Seu contato e sua expectativa com cursos realizados à distância;• ...	1	Sim
2	Fale com a Monitoria	<p>Espaço destinado às dúvidas dos participantes, quanto à utilização de ambiente virtual, navegação e orientações gerais sobre o curso.</p> <p>O Monitor será um dos seus grandes parceiros nesta ação educacional.</p> <p>Seu papel é:</p> <p>- Orientar sobre o acesso e uso dos recursos do ambiente ...</p>	15	<input type="button" value="Não"/>
3	Fórum de Dúvidas (conteúdo e atividades) da Aula 1	<p>Este ambiente é um ambiente colaborativo destinado ao esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo e as atividades tratados na Aula 1.</p> <p>É muito importante que apresente seus questionamentos, dúvidas e ponderações sobre o tema Introdução à Tomada de Contas Especial aqui. O Tutor ...</p>	6	Sim
	Fórum de Debate da Aula 1	<p>QUESTÃO:</p> <p>Como exemplo da dimensão política da TCE, vimos que a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90) consigna que ficam inelegíveis, por cinco anos, os gestores que tiverem suas contas rejeitadas por irregularidade insanável. Entretanto, o conceito de irregularidade insanável ...</p>	1	Sim

Figura 2 - Acessando as atividades propostas – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

O sucesso da ação educacional não se deve apenas ao domínio técnico do ambiente. É importante que o participante consiga desenvolver um processo de ensino aprendizagem de forma efetiva, este deve compreender que existem regras de convivência, que são fundamentais em todos os espaços sociais, e em ambientes virtuais não é diferente.

Estas regras devem ser utilizadas, em especial, nos fóruns de aprendizagem no AVEC-TCU, que é um fórum destinado ao compartilhamento de experiências, opiniões e perspectivas. Abaixo são listados alguns comportamentos a serem observados por todos os participantes de fóruns de ações de aprendizagem no AVEC-TCU e que estão disponíveis nos guias de utilização dos cursos:

1. É preciso entender que a maioria dos participantes de cursos online dispõe de tempo limitado para eles. Assim, seja claro e breve em suas respostas, mantendo o foco das discussões no assunto do curso.

2. Leia todas as mensagens antes de postar alguma dúvida ou pergunta para se assegurar de que sua resposta já não foi publicada e, assim, evitar repetição.
3. Participe efetivamente acrescentando algo ao debate. Um novo exemplo, um novo argumento, uma nova pergunta ainda dentro do mesmo assunto. Comentários do tipo “concordo com você” não agregam ao debate e tomam tempo dos participantes.
4. Só envie anexos relevantes ao assunto em debate e jamais os cole no corpo da mensagem. Lembre-se de que nem todos os usuários dispõem de conexões rápidas. Portanto, adeque o tamanho dos arquivos para que o acesso ao seu conteúdo não seja um transtorno para os colegas.
5. Não repasse mensagens que não sejam de sua autoria, a não ser que o autor lhe tenha permitido. Ao retransmitir mensagens devidamente autorizadas, sempre identifique sua origem e a autoria.
6. Dispense o uso de letras maiúsculas, a não ser em títulos ou cabeçalhos, pois mensagens com esse formato indicam que o remetente está gritando com seu interlocutor.
7. Não envie mensagens agressivas e/ou preconceituosas. Não faça comentários difamatórios, obscenos, racistas, xenófobos, pornográficos, de apologia ao terrorismo ou atentatórios contra os direitos humanos. Jamais envie mensagens de conteúdo inflamado ou ofensivo para o fórum ou para um endereço particular de participantes.
8. Cada participante é responsável pelas suas mensagens publicadas no fórum. Os participantes cedem o direito sobre as informações veiculadas nos fóruns para uso em ações educacionais do ISC.
9. A administração do curso reserva-se o direito a apagar e editar mensagens que descumpram essas normas de comportamento.

3.3.2 A estrutura do curso no ambiente virtual de aprendizagem

Os cursos oferecidos pelo Tribunal de Contas da União obedecem a uma estrutura padrão, que é obedecida em todos os cursos. A coordenação pedagógica encaminha o material do curso ao monitor que é responsável pela estruturação dos materiais e cronogramas, esta estrutura consiste em:

- Rótulo de apresentação, contendo informações como o nome do curso, o período de realização, os nomes do coordenador executivo, do tutor e do monitor, agentes diretos responsáveis pelo desenvolvimento do curso;
- O segundo módulo é destinado à Equipe de Monitoria, contendo o Quadro de Avisos e um fórum destinado às dúvidas dos participantes quanto a utilização do ambiente virtual, navegação, metodologia, cronograma e orientações gerais sobre o curso que são respondidas pelo monitor do curso num prazo de 24 horas úteis;
- O terceiro módulo é intitulado de Ambientação, contendo um roteiro de estudos, dois *books*, sendo um o Guia do Participante e o outro o Guia de utilização do AVEC e Fórum, um fórum de dúvidas, um fórum destinado a apresentação dos participantes e uma biblioteca com materiais de auxílio à ambientação;
- Abaixo do módulo de Ambientação são alocados os módulos destinados às aulas, que possuem suas peculiaridades de acordo com cada curso, mas que no geral iniciam com um roteiro de estudos, o conteúdo da aula, fórum de dúvidas e de debates, e avaliações de aprendizagem;
- Em geral nos cursos existe um módulo destinado à biblioteca virtual do curso, contendo textos complementares e de apoio ao aluno;
- Ao final da página inicial do curso, existe o módulo de Avaliação de Satisfação, instrumento ao qual o ISC utiliza para recolher informações dos alunos acerca das suas opiniões sobre a ação educacional, com o intuito de aperfeiçoar, de forma contínua, o processo de educação corporativa no Tribunal.

Uma das preocupações centrais da equipe responsável pelos cursos a distância oferecidos pelo Tribunal é que o participante se sinta familiarizado com o ambiente do curso, entendendo suas ferramentas, por isso o Tribunal busca sempre facilitar esse processo, tanto atualizando de forma pedagógica o ambiente, quanto contando com o apoio dos monitores.

Após conhecer melhor o campo de atuação detalharei a seguir um curso na qual exerci a função de monitora.

3.4 Minha Experiência Pedagógica em educação a distância no Tribunal de Contas da União

Tive a oportunidade de trabalhar em uma instituição de renome no cenário brasileiro, desde outubro de 2011 realizei um estágio no Tribunal de Contas da União, no Instituto Serzedello Correa que está localizado em Brasília – DF e que é responsável pelas ações educativas do TCU. Trabalho mais precisamente no SEDUC – Serviço de Educação a Distância. O SEDUC trabalha com um grande contingente de projetos e fui designada para fazer a monitoria de diversos cursos direcionados para gestores públicos e também realizei o trabalho de monitoria em cursos internos restritos para servidores do Tribunal de Contas da União. A seguir detalharei um curso em que atuei como monitora para melhor compreensão do meu trabalho nestes cursos.

3.4.1 Curso de Licitações e Contratos Administrativos

Perfil dos alunos

Os alunos participantes deste curso são funcionários públicos de todos os estados do Brasil. Em sua maioria, já realizam atividades relacionadas ao tema do curso e tem como objetivo aprimorar os conhecimentos e aplicar em suas atividades nas instituições que trabalham.

A primeira semana do Curso é dedicada à Ambientação, há um espaço reservado exclusivamente para a apresentação dos alunos (as), tutor (a) e monitor (a). A primeira atividade é a apresentação de cada aluno no fórum “Apresente-se aqui”. Depois são apresentados três textos sobre Educação a Distância e é proposto um debate sobre o tema.

A próxima atividade é o Pré-Teste que fica aberto desde o primeiro dia do Curso até o dia que é aberto o primeiro Módulo com o conteúdo. O objetivo do Pré-teste é fazer um diagnóstico do conhecimento prévio do participante a respeito do conteúdo do Curso e por esse motivo não são disponibilizados materiais de apoio para essa atividade.

O Fórum Fale com a Monitoria é o espaço no qual os alunos postam as dúvidas referentes ao curso, mas que não são a respeito do conteúdo, as dúvidas postadas nesse fórum devem ser respondidas em no máximo 24h pelo monitor. Dúvidas sobre o conteúdo são postadas nos Fóruns de Dúvidas Sobre o Conteúdo específicos de cada aula e o Tutor é o responsável por responder.

As aulas

O curso é dividido em dois Módulos, são eles:

1. Licitações;
2. Contratos Administrativos.

Cada Módulo é composto por:

- Um arquivo com a apresentação do conteúdo;
- Um Fórum de Dúvidas sobre o Conteúdo – os participantes postam as dúvidas e o tutor tem o prazo de 24 horas úteis para responder;
- Um Fórum Aprendendo com a prática – os participantes e o tutor resolvem questões em que o conteúdo pode ser aplicado na prática, acontece também a troca de informações a partir de experiências que os participantes tiveram em seu local de trabalho;

Avaliações

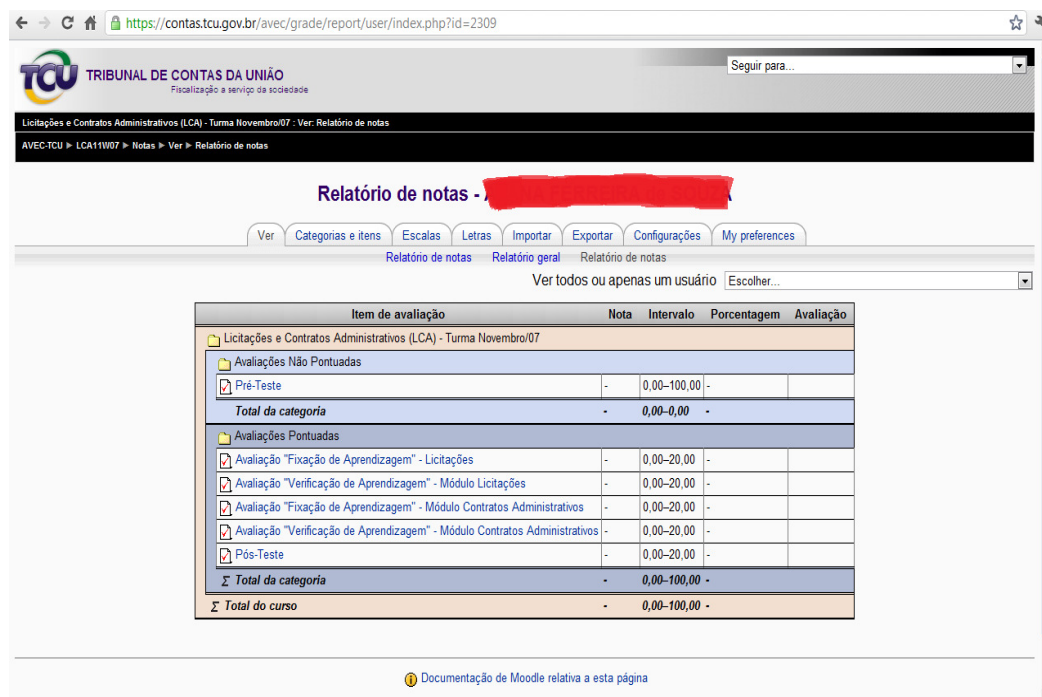
O Curso tem duas avaliações em cada Módulo, totalizando quatro avaliações ao final do Curso e o Pós-teste que também é uma atividade avaliativa.

- Avaliação de Fixação de Aprendizagem: É composta por um questionário com 50 questões subjetivas e tem como principal objetivo a melhor assimilação do conhecimento adquirido.

- Avaliação de Verificação de Aprendizagem: É composta por um questionário com 50 questões subjetivas e objetiva a verificação dos conhecimentos de maneira mais sucinta que a primeira avaliação.

- Pós-teste: É um questionário semelhante ao Pré-teste, mas, com questões que exigem um conhecimento mais aprofundado do tema.

Cada avaliação vale 20 pontos, totalizando, ao final do Curso 100 pontos. E os alunos podem acompanhar o seu desempenho clicando na aba “notas”:



Item de avaliação	Nota	Intervalo	Porcentagem	Avaliação
Licitações e Contratos Administrativos (LCA) - Turma Novembro/07				
Avaliações Não Pontuadas				
Pré-Teste	-	0,00-100,00	-	
Total da categoria	-	0,00-0,00	-	
Avaliações Pontuadas				
Avaliação "Fixação de Aprendizagem" - Licitações	-	0,00-20,00	-	
Avaliação "Verificação de Aprendizagem" - Módulo Licitações	-	0,00-20,00	-	
Avaliação "Fixação de Aprendizagem" - Módulo Contratos Administrativos	-	0,00-20,00	-	
Avaliação "Verificação de Aprendizagem" - Módulo Contratos Administrativos	-	0,00-20,00	-	
Pós-Teste	-	0,00-20,00	-	
Σ Total da categoria	-	0,00-100,00	-	
Σ Total do curso	-	0,00-100,00	-	

Figura 6 – Notas – Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=13003>>

O Fórum Avalie o Curso e a Sua participação – É o espaço no qual os alunos postam suas impressões sobre o Curso. Deixam críticas, elogios e sugestões de melhorias.

Na Biblioteca Virtual são disponibilizados os conteúdos básicos do Curso e outros documentos complementares para *download*.

A Avaliação Pós-Curso é realizada três meses depois de concluído o curso, e nela há a proposta para que os participantes respondam a um questionário com questões que pretendem identificar como o curso influenciou no desempenho profissional de cada um.

Equipe pedagógica do curso

O Curso conta com a colaboração de profissionais que participam de toda a ação educacional, dando assistência aos participantes, montando turmas, planejando e executando. Sem o trabalho desses profissionais seria impossível oferecer cursos de qualidade.

Todos os dias eu posto mensagens no Quadro de Avisos, lembrando os participantes das datas das atividades e também da abertura das aulas e exercícios, posto também mensagens com as dúvidas mais frequentes observadas em cursos anteriores, tais como: Como desativar mensagens dos fóruns; como minimizar módulos; horários das atividades; etc.

Verifico também os participantes que nunca acessaram ou que passaram 3 dias sem acesso e envio um email para cada um lembrando-os que é muito importante acessar o curso e realizar as atividades dentro do prazo estabelecido no cronograma.

No decorrer da minha atuação no TCU, pude observar o envolvimento de profissionais de diferentes áreas, em diferentes funções, porém todos com um objetivo comum: capacitar, com qualidade, servidores públicos de todo o país. Os profissionais envolvidos nas ações educacionais mostraram-se todos envolvidos e determinados a promover uma formação de qualidade.

Também ficou evidente que a estrutura do curso, sendo dividido em pequenos módulos, bem como os fóruns e as avaliações, facilitam o aprendizado do aluno e permite o envolvimento e participação em grupos de discussão nos fóruns.

A avaliação que os participantes fazem ao final do curso comprova a hipótese de que a estrutura está adequada e é uma ferramenta que contribui para o bom desempenho dos estudantes.

Pode-se observar que a educação a distância como ferramenta para a educação corporativa é um instrumento eficiente e que atente à proposta inicial do TCU, bem como um ensino que proporcione uma formação que atenda as demandas das instituições e empresas públicas.

Certamente ainda há o que se aprimorar em métodos e ferramentas facilitadoras do ensino-aprendizagem, principalmente devido à dificuldade que alguns alunos apresentam com relação ao uso do moodle.

O ensino a distância é um tanto desafiador e exige compromisso, autonomia, competência e dedicação. Portanto, o trabalho do pedagogo é importante no TCU para pensar em uma proposta de ensino que aproxime os alunos da ação para que,

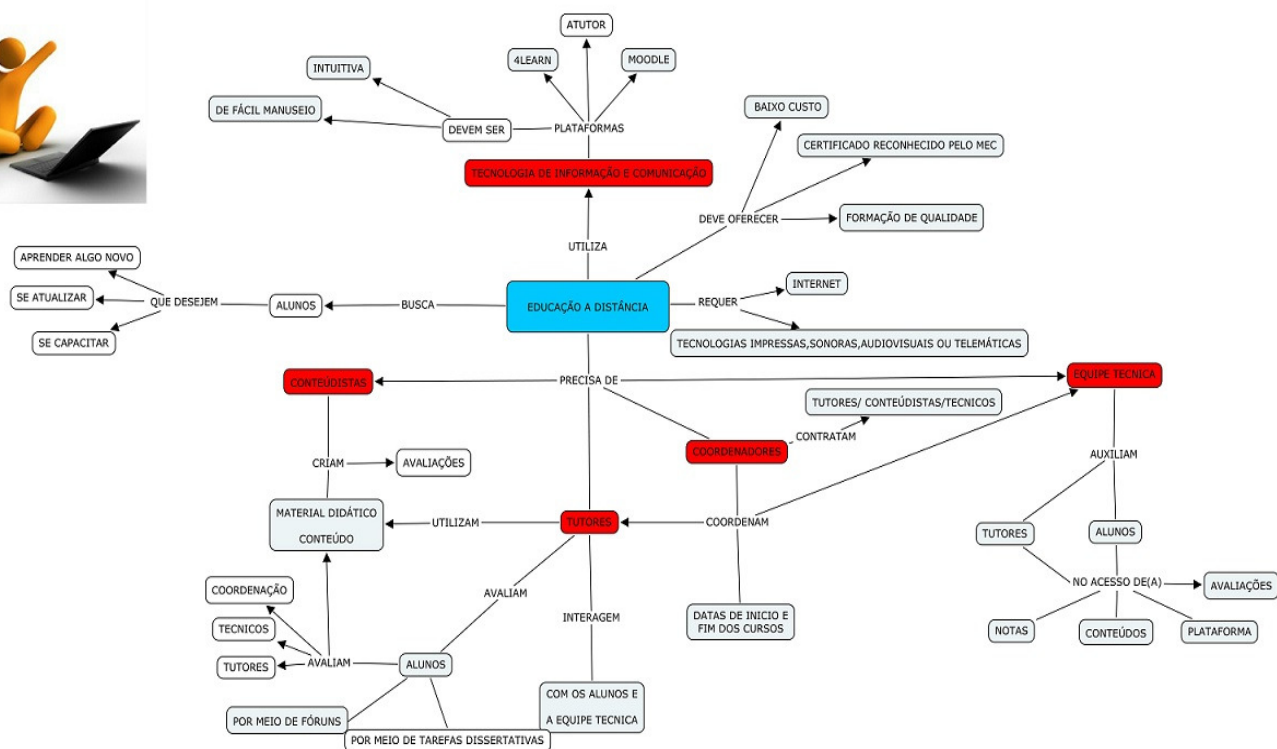
mesmo a distância, reconheçam-se como um grupo e como parte do processo de ensino/aprendizagem.

Essa interatividade, aproximando os estudantes de forma colaborativa por meio dos debates nos fóruns, permite a construção do conhecimento a partir dos saberes de cada um, e por isso, percebe-se a importância de uma prática autônoma, promotora da dialogicidade, da conscientização, problematizadora e libertária.

A partir da experiência vivenciada no Serviço de Educação a Distância do Tribunal de Contas da União percebi a importância do pedagogo na criação e acompanhamento dos cursos on-line. A organização do material didático, as avaliações, os fóruns e a participação dos alunos devem ser acompanhadas por um pedagogo e não apenas por um profissional de informática que é aquele que cria os ambientes virtuais.

Na verdade o que faz o sucesso da ação educacional é o envolvimento de diversos profissionais agindo de forma conjunta. Não há como negar que o envolvimento do designer, técnico de informática, conteudista, tutor, entre outros profissionais é importante porém sem o pedagogo a ação educacional não atingiria seu objetivo pois o conhecimento pedagógico é imprescindível para o sucesso dos cursos on-line como veremos a seguir nas considerações finais.

Levando em conta a minha atuação no Tribunal de Contas da União e a minha experiência segue abaixo um mapa conceitual que ilustra bem a educação a distância e os papéis de cada um nesta modalidade de educação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletir sobre minha prática na monitoria de cursos na modalidade a distância o presente capítulo apresentará as considerações finais desse trabalho.

A partir da minha experiência profissional e da realização deste trabalho foi possível compreender que a metodologia de educação a distância do Tribunal de Contas da União compreende diversos aspectos importantes para o sucesso das ações educacionais promovidas seja para servidores públicos em geral ou para os próprios servidores do Tribunal.

Acredito que ainda há o que melhorar, porém um dos pontos mais fortes na organização dos cursos do TCU é a percepção de que é imprescindível a presença de pedagogos tanto na criação e organização dos cursos virtuais como no decorrer de toda a ação educacional. É importante também a monitoria ser realizada por pedagogos ou estagiários do curso de pedagogia, pois essa atividade é de suma importância na EAD considerando que o monitor é aquele que exerce a função de facilitador, agente motivador e intermediário entre alunos, tutores e coordenação.

Com base no que foi visto a respeito do currículo do curso de pedagogia na prática profissional fica claro que o pedagogo é um profissional apto a planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar tarefas do setor de educação de ambientes não escolares.

Para gerenciar e atuar com o ensino a distância é necessário o trabalho de um pedagogo para que o sucesso da ação educacional como um todo e os conhecimentos em teorias pedagógicas e processos de ensino seja colocados a frente de outros indicadores.

Também é importante a atuação do pedagogo para que o ensino a distância tenha o reconhecimento como ensino de primeira linha e para isso quem está a frente desses processos tem que observar não somente os números, mas também a qualidade dos cursos e sua aceitação pelos alunos. O profissional da educação formulará os cursos de maneira detalhada e pensando no aluno e em como ele irá aprender e não apenas na quantidade de pessoas que poderá atingir.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao chegarmos ao final de cada etapa do nosso processo de aprendizagem, principalmente do ensino fundamental ao ensino médio e do ensino médio à universidade, somos cercados por inúmeras dúvidas, anseios, incertezas e aflições. Isso não seria diferente ao término da nossa graduação. Quando decidi ingressar no curso de Pedagogia, eu realmente sentia interesse em poder lecionar após obter o meu certificado, entretanto durante a jornada acadêmica e, em especial, aos estágios que realizei, decidi que não quero dar aula. É importante salientar que o estágio que fiz durante o meu curso, me agregou preciosos conhecimentos, dos quais certamente levarei durante toda a minha caminhada, mas ao mesmo tempo foi passível de reflexões que me levaram a crer que não desejo seguir na carreira de professora.

Por ter me aproximado bastante da pedagogia pude perceber que o leque que abrange esse curso é amplo, acolhendo serviços em espaços escolares e não escolares, não desvinculando a figura do pedagogo. Entretanto a minha perspectiva inicial é prestar concurso para a Secretaria de Justiça para trabalhar com menores infratores e dentro da Secretaria poder atuar na área educacional ou de relações humanas. Minha segunda opção é trabalhar na área de educação a distância, agregando os conhecimentos acadêmicos adquiridos e as experiências práticas que obtive, podendo assim contribuir de alguma forma com essa modalidade que está avançando cada vez mais no nosso contexto social e cultural. E, como última opção, seria a área da coordenação pedagógica, o que pode me motivar futuramente a fazer uma especialização nessa área e buscar no mercado de trabalho uma escola em que eu possa atuar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf - Acesso em: 10 de julho de 2012.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4.ed.São Paulo: Autores associados, 2003.

BERNARDO, V. **Educação a distância: fundamentos**. Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#> - Acesso em: 11 de julho de 2012.

BRASÍLIA. **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Secretaria de Educação a Distância, 2006.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm - Acesso em: 10 de julho de 2012.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o artigo 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 fev. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf> - Acesso em: 10 de julho de 2012.

BRASIL. **Portal MEC. Secretaria de Educação a Distância.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356 - Acesso em: 13 de julho de 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm - Acesso em: 13 de julho de 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm - Acesso em: 25 de julho de 2012.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. **Da necessidade de aperfeiçoamento do controle judicial sobre a atuação dos Tribunais de Contas visando a assegurar a efetividade do sistema.** Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2006, p.9

EBOLI, Marisa. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades.** São Paulo: Gente, 2004.

_____. O desenvolvimento das pessoas e a educação corporativa. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). **As pessoas na organização.** São Paulo: Editora Gente, 2002. P. 185-216.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática pedagógica. Ano da publicação original: 1996. Disponível em:

http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf - Acesso em: 29 de outubro de 2012.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LARA, Enderson. **EaD – Vantagens da educação a distância**. 2009. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/7671/ead-vantagens-da-educacao-a-distancia> - Acesso em: 31 de janeiro de 2013.

LOPES, Maria Cristina L.P. DORSA, Arlinda Cantero. SALVAGO, Blanca Martín. SANAVRIA, Cláudio Zarate e PISTORI, Jeferson. **O processo histórico da educação a distância e suas implicações: Desafios e possibilidades**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/O%20PROCESSO%20HIST%20RICO%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20A%20DIST%C2NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%C7%D5ES.pdf - Acesso em: 12 de julho de 2012.

MOODLE. **Sítio oficial**. Disponível em: <https://moodle.org/sites> - Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

MOORE, Michael e KEARSLEY, Greg. **Educação a distância. Uma visão integrada**. Tradução: Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MUNDIM, Kleber Carlos. **Ensino a distância no Brasil: problemas e desafios**. Secretaria de Educação a Distância, 2006.

PORTAL TCU. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/corporativo> - Acesso em: 25 de julho de 2012.

ROCHA, Julci. Reflexões sobre o contemporâneo. **O que é Moodle?** (2007). Disponível em: <http://julcirocha.wordpress.com/2007/11/28/o-que-e-o-moodle/> - Acesso em: 16 de outubro de 2012.

SARAIVA, Terezinha. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: lições da história**. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1048/950> - Acesso em: 12 de julho de 2012.

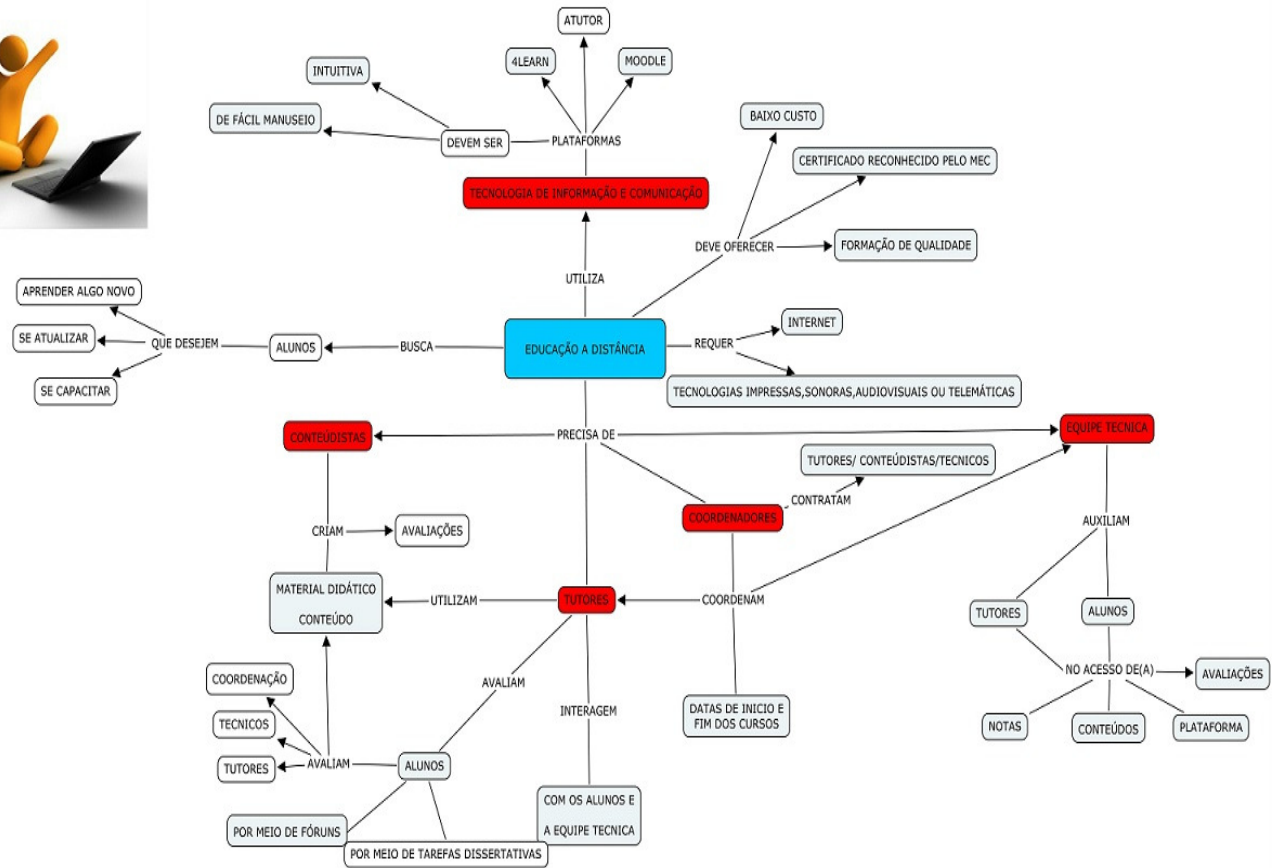
SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

THEES, Andréa. **Educação a distância: alcance, dimensão e impacto**. Educação Brasileira: Ead, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000961.pdf> - Acesso em: 08 de outubro de 2012.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/> - Acesso em: 1º de outubro de 2012.

APÊNDICES

APENDICE A - MAPA CONCEITUAL DA EAD



ANEXOS


ANEXO I – INFORMAÇÕES DO PORTAL DO TCU

ANEXO 1.1 – Breve Histórico

English | Español

Boa tarde Carla | Minha página ▼ | Sair


Sua senha expirou!
clique para alterar

A- A A+ 

Portal TCU > Institucional > Conheça o TCU > História

Acesso rápido ▼

Institucional



Autoridades

Conheça o TCU

História

Competências

Funcionamento

Condecorações

Visite o TCU

Galeria de imagens

Tutoriais

Horário de funcionamento

Endereços e contatos

Código de ética dos servidores

Estrutura organizacional

Controle Interno

Corregedoria

Breve histórico

A história do controle no Brasil remonta ao período colonial. Em 1680, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.

Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública.

Com a proclamação da independência do Brasil, em 1822, o Erário Régio foi transformado no Tesouro pela Constituição monárquica de 1824, prevendo-se, então, os primeiros orçamentos e balanços gerais.

A idéia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império.

As discussões em torno da criação de um Tribunal de Contas durariam quase um século, polarizadas entre aqueles que defendiam a sua necessidade – para quem as contas públicas deviam ser examinadas por um órgão independente –, e aqueles que o combatiam, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que as realizavam.

Somente a queda do Império e as reformas político-administrativas da jovem República tornaram realidade, finalmente, o Tribunal de Contas da União. Em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia.

A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União, inscrevendo-o no seu art. 89.

A instalação do Tribunal, entretanto, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Serzedello Corrêa.

Originariamente o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização se fazia pelo sistema de registro prévio. A Constituição de 1891, institucionalizou o Tribunal e conferiu-lhe competências para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Logo após sua instalação, porém, o Tribunal de Contas considerou ilegal a nomeação, feita pelo Presidente Floriano Peixoto, de um parente do ex-Presidente Deodoro da Fonseca. Inconformado com a decisão do Tribunal, Floriano Peixoto mandou redigir decretos que retiravam do TCU a competência para impugnar despesas consideradas ilegais. O Ministro da Fazenda Serzedello Correa, não concordando com a posição do Presidente demitiu-se do cargo, expressando-lhe sua posição em carta de 27 de abril de 1893, cujo trecho básico é o seguinte:

"Esses decretos anulam o Tribunal, o reduzem a simples Ministério da Fazenda, tiram-lhe toda a independência e autonomia, deturpam os fins da instituição, e permitirão ao Governo a prática de todos os abusos e vós o sabeis - é preciso antes de tudo legislar para o futuro. Se a função do Tribunal no espírito da Constituição é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração.

Se, porém, ele é um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como têm a Itália e a França, precisamos resignarmos a não gastar senão o que for autorizado em lei e gastar sempre bem, pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso.

Os governos nobilitam-se, Marechal, obedecendo a essa soberania suprema da lei e só dentro dela mantêm-se e são verdadeiramente independentes.

Pelo que venho de expor, não posso, pois Marechal, concordar e menos referendar os decretos a que acima me refiro e por isso rogo vos dignéis de conceder-me a exoneração do cargo de Ministro da Fazenda, indicando-me sucessor."

Tenente-Coronel Innocência Serzedello Corrêa

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937.

A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e o julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional.

Eliminou-se, também, o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando a cargo do Tribunal, tão-somente, a apreciação da legalidade para fins de registro. O processo de fiscalização financeira e orçamentária passou por completa reforma nessa etapa. Como inovação, deu-se incumbência ao Tribunal para o exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos três poderes da União, instituindo, desde então, os sistemas de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com auxílio da Corte de Contas, e de controle interno, este exercido pelo Poder Executivo e destinado a criar condições para um controle externo eficaz.

Finalmente, com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União teve a sua jurisdição e competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

ANEXO 1.2 – Competências

English | Español

Boa tarde
Carla
Minha página ▼ | Sair

Sua senha expirou!
clique para alterar

A- A A+

Portal TCU > Institucional > Conheça o TCU > Competências

Acesso rápido ▼

Institucional

Autoridades

Conheça o TCU

História

Competências

Funcionamento

Condecorações

Visite o TCU

Galeria de imagens

Tutoriais

Horário de funcionamento

Endereços e contatos

Código de ética dos servidores

Estrutura organizacional

Controle Interno

Corregedoria

Competências

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao TCU o papel de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161, conforme descritas adiante.

- Apreciar as contas anuais do presidente da República.
- Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.
- Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.
- Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.
- Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios.
- Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.
- Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.
- Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.

- Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.
- Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.

Além das atribuições previstas na Constituição, várias outras têm sido conferidas ao Tribunal por meio de leis específicas. Destacam-se entre elas, as atribuições conferidas ao Tribunal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei de Licitações e Contratos e, anualmente, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Congresso Nacional edita, ainda, decretos legislativos com demandas específicas de fiscalização pelo TCU, especialmente de obras custeadas com recursos públicos federais.

Na hipótese de contrato, cabe ao Congresso Nacional a sustação do ato, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, nenhuma providência adotar, o Tribunal decidirá a respeito.

A decisão do Tribunal da qual resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo. Nesse caso, o responsável é notificado para, no prazo de quinze dias, recolher o valor devido. Se o responsável, após ter sido notificado, não recolher tempestivamente a importância devida, é formalizado processo de cobrança executiva, o qual é encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal para, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) ou das entidades jurisdicionadas ao TCU, promover a cobrança judicial da dívida ou o arresto de bens.

Ainda de acordo com o disposto no art. 71, o TCU deve apresentar ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

O art. 72 da Constituição Federal estabelece que o Tribunal deve se pronunciar conclusivamente sobre indícios de despesas não autorizadas, em razão de solicitação de Comissão Mista de Senadores e Deputados. Entendendo-as irregulares, proporá ao Congresso Nacional que sejam sustados.

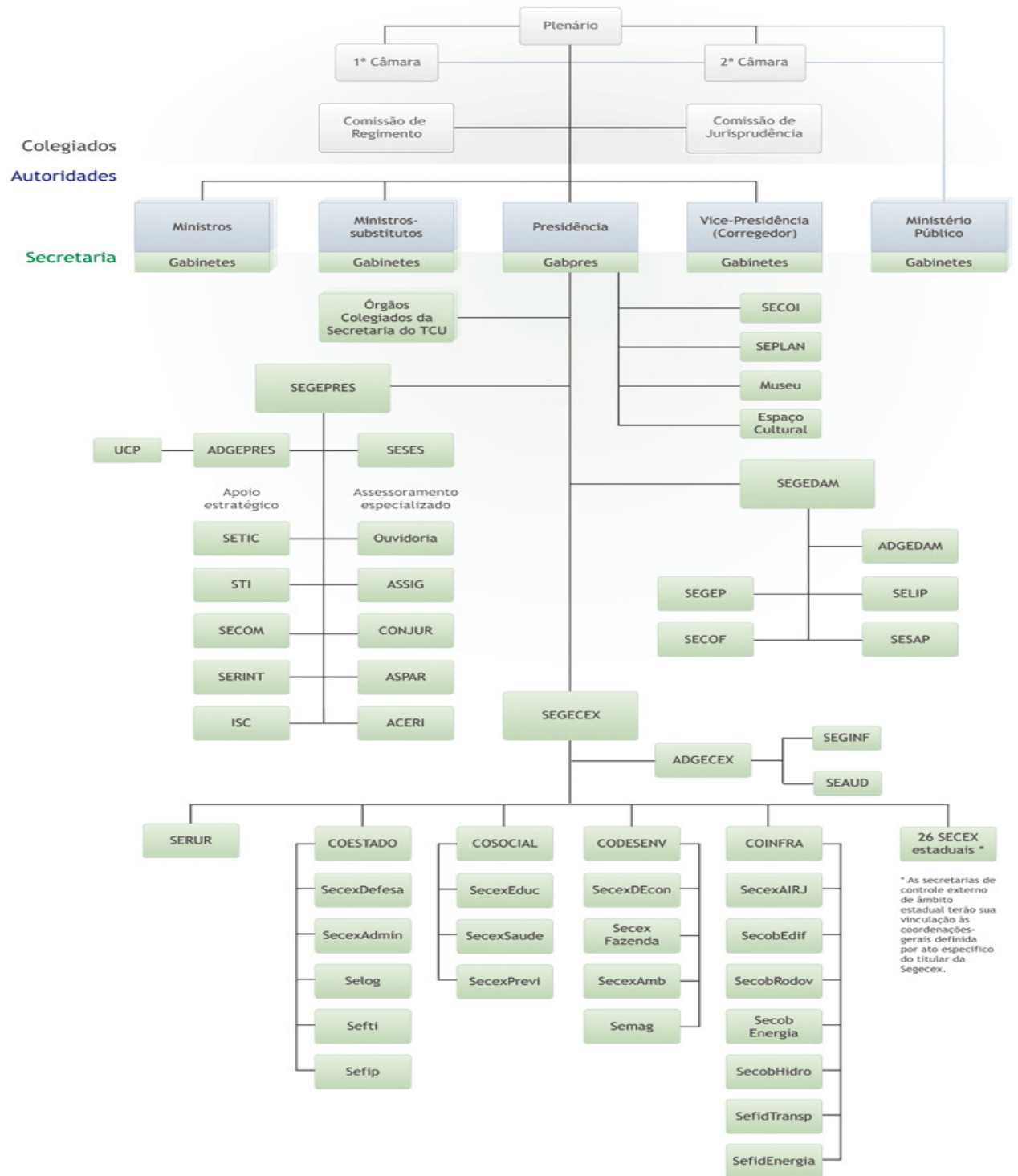
Documentos relacionados

 [Competências legais do TCU](#)

O conteúdo desta página é de acesso público. Saiba mais
Receba novidades do portal por email (antes é necessário cadastrar-se).

Gestor desta página: seplan@tcu.gov.br

ANEXO 1.3 – Estrutura Organizacional



ANEXO II – QUADRO: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL

1910	Edgard Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro cria a filmoteca do museu de caráter científico e pedagógico.
1916-1918	Venerando da Graça realiza experiências com cinema educativo e publica artigos na revista A escola primária.
1922	Prontel - Coordenação e apoio a tele-educação no Brasil (MEC)
1922-1925	Rádio Sociedade Brasileira
1923	Fundação Roquette Pinto – radiodifusão
1926	Na revista Electron, da rádio Rio de Janeiro, Roquette Pinto publica o primeiro plano nacional de rádio educativo.
1934	Anísio Teixeira confia a Roquette Pinto, no Rio de Janeiro, a instalação e o funcionamento de uma estação de rádio exclusivamente educativa destinada, em especial, ao professor primário - a estação do Instituto de Pesquisas Educacionais, PRD-5.
1936	Doação da Rádio Roquette Pinto ao MEC. Instituto Rádio Técnico Monitor com programas dirigidos ao ramo da eletrônica.
1939	Cursos por correspondência - Marinha e Exército
1941	Surge no Rio de Janeiro: - a Universidade do Ar que durou dois anos e era destinada ao preparo do professorado leigo por intermédio de emissões radiofônicas, - o Instituto Universal Brasileiro, formação profissional de nível elementar e médio utilizando mídia postal e material impresso.
1950	Curso de alfabetização pelo rádio, emissora ZYM-7, em Marquês de Valença, estado do Rio de Janeiro, dirigido por Geraldo Januzzi.

1959	MEB - A preocupação básica era alfabetizar e este projeto foi desmantelado pela ação do governo pós-1964.
1960	São ministrados os primeiros cursos sobre análise experimental do comportamento e condicionamento operante, por Fred S. Keller, difundindo assim a instrução programada.
1969	TVE do Maranhão – cursos de 5ª e 8ª série, com material televisivo, impresso e monitores.
1970	Criação do projeto MINERVA para atender as necessidades de programação radiofônica educativa requeridas pela Portaria 408/70.
1974	Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci) no formato de telenovela atendia as quatro primeiras séries do 1º grau e associada ao Inpe tinha material de rádio e impressão para o treinamento de professores e o ensino fundamental.
1976	Senac - Sistema nacional de tele-educação, cursos por meio de material instrucional.
1979	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Educacional de Niterói - módulos instrucionais com tutoria e momentos presenciais, cursos de 1º e 2º graus para jovens e adultos, qualificação de técnicos. - Colégio Anglo Americano (RJ) - atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros, em nível de 1º e 2º graus. - UnB - Cursos veiculados por jornais e revistas
1989	Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília – CEAD.
1991	Fundação Roquette Pinto - programa Um salto para o Futuro, para a formação continuada de professores do ensino fundamental.
1992	<ul style="list-style-type: none"> - UFMT/FAE/Nead – programa em nível de licenciatura em educação para o exercício do magistério no ensino fundamental. - Projeto Acesso da PETROBRAS - suplementação de 1º e 2º graus no próprio ambiente de trabalho.

1993	<ul style="list-style-type: none"> - Senai/RJ - centro de EAD desenvolve cursos de noções básicas em Qualidade Total, elaboração de material didático impresso (16 mil alunos), cursos a distância para empresas na Argentina e Venezuela. - Implantação de programas de capacitação de docentes do ensino fundamental e médio das escolas públicas do estado de MG, pela Universidade Federal de Uberlândia
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Multi-Rio/RJ - oferece cursos em nível de 5ª a 8ª séries, por intermédio de programas televisivos e material impresso. - Laboratório de Ensino a distância do Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). - Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação – NEAD – da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Biblioteca Virtual de Educação a Distância, do CNPq, congregando diferentes instituições que atuam nesse campo.
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Programa TV Escola. - Projeto de Educação Continuada e a distância em Medicina e saúde, DIM / LAMPADA, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) com <i>Home Page</i>.
1998	UNIVIR-CO (Rede Universidade Virtual do Centro-oeste que pretende capacitar professores para atuar em EAD).
1999	UNIREDE — Universidade Virtual Pública do Brasil, proposta de consórcio interuniversitário para colaboração na produção de materiais didáticos e na oferta nacional de cursos de graduação e pós-graduação a distância, que mais tarde viria a ser a UAB.
2000	- Projeto VEREDAS que foi iniciativa da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais com IES públicas, comunitárias e privadas, com o objetivo de formar professores leigos para atuar no ensino fundamental.

	<ul style="list-style-type: none"> - Cederj - Consórcio que reúne universidades estaduais e federais. Conta com apoio e recursos do governo estadual para a instalação de unidades de apoio e de infraestrutura adequada de tutoria e equipamentos para o oferecimento de cursos e programas na área de licenciatura em pedagogia, ciências biológicas, matemática, física, entre outros. - Rede Brasileira de Educação a Distância – Universidade Virtual Brasileira, principal iniciativa das instituições particulares de ensino superior, para credenciar e oferecer cursos superiores a distância, através de seu instituto criado em 2002 denominado IUVB.br
2001	CVA - RICESU, Comunidade Virtual de Aprendizagem - Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior, formada por instituições católicas de ensino superior para organizar e implementar produtos em EAD, com foco na interação entre os agentes de aprendizagem e em busca de inovação educacional.
2005	<ul style="list-style-type: none"> - MEC divulga o —Documento de Recomendações: Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional, contendo as recomendações elaboradas por um Grupo de Trabalho de Educação a Distância (GTADS). - Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil, ponto alto da expansão da EAD nas universidades públicas brasileiras.
2007	Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), que visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.

Quadro 1: Desenvolvimento histórico de EAD no Brasil.

ANEXO III: O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO TCU

Figura 1: Acessando o curso

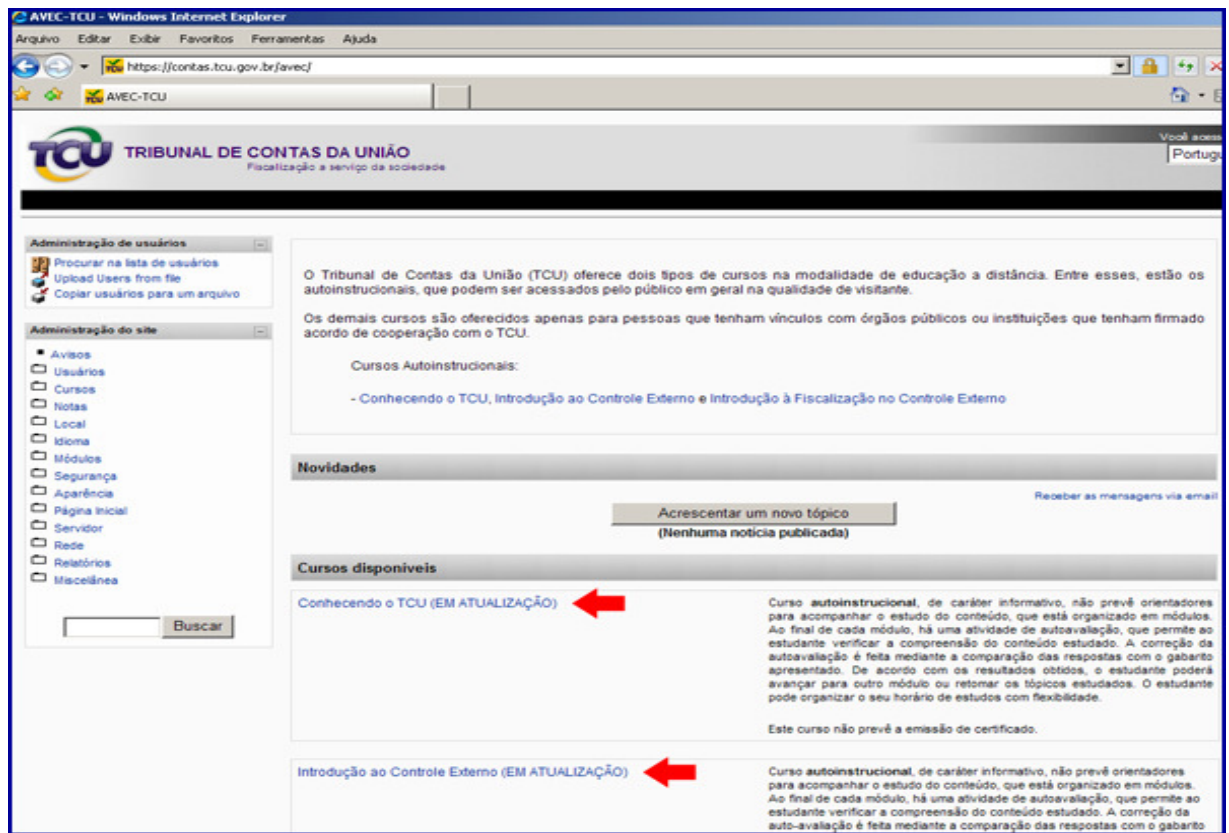


Figura 1 Acessando o curso – Disponível em:
<<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>>

Figura 2: Navegação no ambiente do curso



Figura 2 Navegação no ambiente do curso – Disponível em:
<<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>>

Figura 3: Acesso à área de participantes

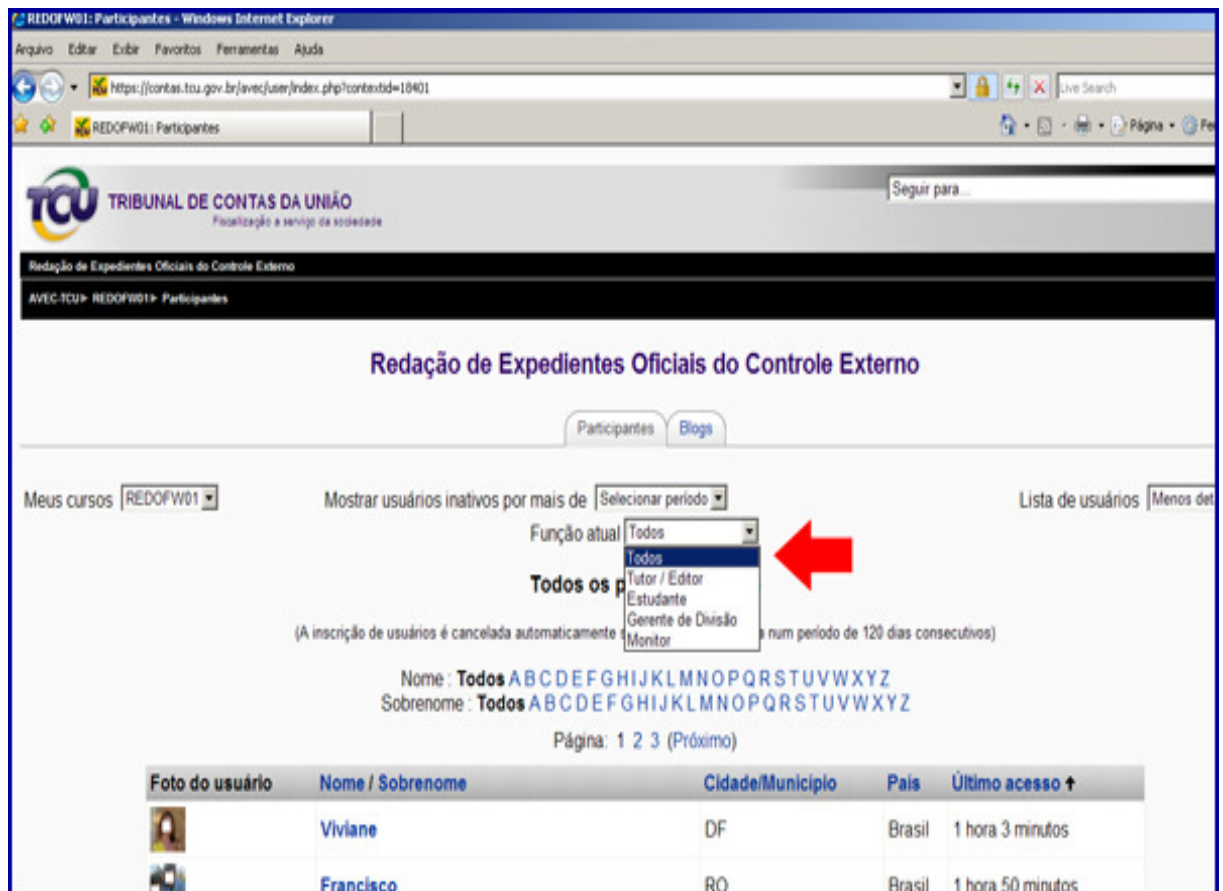


Figura 3 Acesso à área de participantes – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

Figura 4: Usuários online

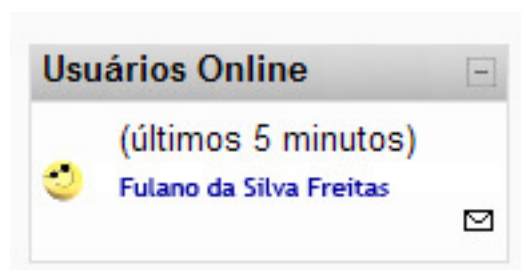


Figura 4 Usuários online – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

Figura 5: Acessando as atividades propostas

Fóruns gerais				
Fórum	Descrição	Tópicos	Assinante	
Quadro de Avisos	<p>Espaço destinado exclusivamente para avisos da Tutoria/Monitoria/Coordenação, referentes ao curso.</p> <p>Se houver dúvidas sobre o conteúdo vá aos fóruns de dúvidas referente a cada módulo de conteúdo.</p> <p>Caso possua alguma outra dúvida ou queira fazer algum comentário, acesse o fórum ...</p>	19	Sim	
Fóruns para atividades de aprendizagem				
Seção	Fórum	Descrição	Tópicos	Assinante
1	Apresente-se Aqui!	<p>Sejam bem-vindos!</p> <p>Para que possamos nos conhecer melhor, pedimos que todos se apresentem, abordando alguns pontos, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fale um pouco sobre você, onde mora e trabalha; Seu contato e sua expectativa com cursos realizados à distância; ... 	1	Sim
2	Fale com a Monitoria	<p>Espaço destinado às dúvidas dos participantes, quanto à utilização do ambiente virtual, navegação e orientações gerais sobre o curso.</p> <p>O Monitor será um dos seus grandes parceiros nesta ação educacional.</p> <p>Seu papel é:</p> <ul style="list-style-type: none"> Orientar sobre o acesso e uso dos recursos do ambiente ... 	15	<input type="button" value="Não"/>
3	Fórum de Dúvidas (conteúdo e atividades) da Aula 1	<p>Este ambiente é um ambiente colaborativo destinado ao esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo e as atividades tratados na Aula 1.</p> <p>É muito importante que apresente seus questionamentos, dúvidas e ponderações sobre o tema Introdução à Tomada de Contas Especial aqui. O Tutor ...</p>	6	Sim
	Fórum de Debate da Aula 1	<p>QUESTÃO:</p> <p>Como exemplo da dimensão política da TCE, vimos que a Lei de Ineligibilidades (Lei Complementar 64/90) consigna que ficam inelegíveis, por cinco anos, os gestores que tiverem suas contas rejeitadas por irregularidade insanável. Entretanto, o conceito de irregularidade insanável ...</p>	1	Sim

Figura 5 Acessando as atividades propostas – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

Figura 6: Painel de Administração



Figura 6 Painel de Administração – Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>

Figura 7: Área de Últimas notícias



Figura 7 Área de últimas notícias – Disponível em:
<<https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003>>